

revista

poli saúde  
educação  
trabalho

Ano X — Nº. 54 — nov./dez. 2017



Mala Direta  
Básica

SEI 02449/2017-010000  
Flores

Correios



# O lobby empresarial e suas consequências para a saúde, a educação e o ambiente

## ENTREVISTA

Vera Navarro fala sobre os  
efeitos da reforma trabalhista  
na saúde do trabalhador



---

Conheça o

# Poli

---

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Ano X - Nº 54 - nov./dez. 2017

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

**Editora**

Cátia Guimarães

**Repórteres**

Ana Paula Evangelista / André Antunes / Cátia Guimarães / Katia Machado

**Repórter (Portal EPSJV)**

Maíra Mathias

**Projeto Gráfico**

José Luiz Fonseca

**Diagramação**

José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

**Mala Direta e Distribuição**

Valéria Melo / Tairone Cardoso

**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Cátia Guimarães

**Comunicação Interna**

Julia Neves / Talita Rodrigues

**Editora Assistente de Publicações**

Gloria Carvalho

**Assistente de Gestão Educacional**

Solange Maria

**Tiragem**

12.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**Gráfica**

Edgráfica

**Conselho Editorial**

Alexandre Moreno / Ana Lúcia Soutto Mayor / Anakeila Stauffer / Andrea de Oliveira / Bianca Borges / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Moraes Molinaro / Filipe da Silva Santos / Gilberto Estrela Santiago / Ieda Barbosa / José Orbílio de Souza Abreu / Júlia Barcelos Bittencourt / Leandro Nardaccio / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marcio Rolo / Marise Nogueira Ramos / Sérgio Ricardo de Oliveira



**PANORAMA**

2

**RADAR DOS TÉCNICOS**

4

**CAPA**

*A quem interessa a BNCC?* 6

**ENTREVISTA**

*Vera Navarro - 'É muito atraso, é muito retrocesso'* 14

**MINERAÇÃO**

*Os interesses econômicos por trás (ou debaixo) da lama de rejeitos da mineração* 18

**PÚBLICO E PRIVADO NA SAÚDE**

*Interesses privados na saúde mental* 25

**DICIONÁRIO**

*Fascismo* 31



Receba a Poli: formulário pelo site [www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

**Endereço**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 [comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br)

Assine Nosso Boletim pelo site [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## Desmorte da Atenção Básica

“A saúde do Rio vai mal: a prefeitura não cuida bem dos pouco mais 50 mil trabalhadores de saúde. Várias categorias já entraram em greve, incluindo enfermeiros, técnicos em enfermagem, psicólogos, médicos, residentes e agentes comunitários de saúde. Acumulam-se mais de 170 trabalhadores demitidos da Atenção Básica e da Saúde Mental, atrasos constantes de salários desde o início do ano, férias suspensas, a ausência de mais da metade dos medicamentos, cortes com limpeza e segurança e consequente sobrecarga de trabalho, associado a assédio moral, estresse e exaustão física e mental, induzindo a saída de profissionais”. A denúncia é de Arthur Lobo, psicólogo, sanitarista e integrante do movimento ‘Nenhum Serviço a Menos’ e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde.

O movimento, que tem reunido diferentes categorias de profissionais de saúde, com destaque para os agentes comunitários de saúde, acontece



em terras fluminenses, mas tem ganhado atenção nacional. Isso porque há quem acredite que, mais uma vez, o Rio de Janeiro está sendo laboratório do desmorte de política pública – nesse caso, da Atenção Básica. “Muitos serviços de saúde estão sendo fechados e equipes estão sendo extintas. A Atenção Básica está sendo reduzida a alguns territórios. Tudo isso vai ao encontro da proposta da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que coloca que a Estratégia de Saúde da Família deve ser realizada em territórios vulneráveis. Com isso, a universalidade, que é um princípio tão importante do SUS, deixa de acontecer e passa a ser substituída por uma Atenção Básica focalizada”, alerta Mariana Nogueira, pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Mas os trabalhadores estão ativos na luta. “Temos consciência de que não é possível defender o SUS somente com bons gestores e profissionais comprometidos. O SUS só será possível com os trabalhadores de saúde organizados em sindicatos e associações fortes e combativas, com apoio popular. Assim fizemos paralisações, grandes manifestações, atos locais e nos preparamos para greves. Trata-se do ressurgimento da luta pelo direito a saúde - com os necessários acertos de contas com nosso passado de erros e avanços, teórica e praticamente”, motiva Arthur.



## TRF derruba liminar que impedia enfermeiros de requisitar exames

Um cabo de guerra entre médicos e enfermos. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região acatou, em 18 de outubro, o recurso contra a liminar que impedia a requisição de exames por enfermeiros, prejudicando o atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A liminar está suspensa até o julgamento final do mérito do processo. A atividade foi proibida, dia 29 de setembro, pelo juiz da 20ª Vara da Justiça Federal de Brasília em ação promovida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). A decisão imposta teve consequências imediatas, afetando o atendimento a milhares de brasileiros, atrasando ou inviabilizando exames essenciais, inclusive pré-natais, além de interromper protocolos da Estratégia Saúde da Família, prejudicando programas como o acompanhamento de diabéticos e hipertensos, tuberculose, hanseníase, DST/aids, dentre outros, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Em nota, o Cofen afirma que “solicitação de exames de rotina e complementares é realidade consolidada no Brasil desde 1997, quando foi editada a Resolução Cofen 195/97 (em vigor). A consulta de Enfermagem, o diagnóstico de Enfermagem e a prescrição de

medicamentos em protocolos são competências dos enfermeiros estabelecidas na Lei 7.498/1986 e regulamentada pelo Decreto 94.406/1987”.

A decisão liminar proferida no processo suspendia parcialmente a Portaria nº 2.488 de 2011, restringindo a possibilidade de requisição de exames por enfermeiros e sob o argumento de que essas tarefas são atribuições exclusivas do médico. “Permitir que outro profissional exerça tal atividade é colocar em risco a qualidade do atendimento”, afirmou o presidente do CFM, Carlos Vital.



## Portaria do trabalho escravo também é suspensa

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar para suspender os efeitos da Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.129/2017 que altera as regras para a fiscalização do trabalho escravo. A decisão vale até que o caso seja julgado no plenário do STF, composto pelos 11 ministros. Caberá à presidente do tribunal, Cármen Lúcia, marcar a data do julgamento. Não há prazo para isso.

A ação pela suspensão da portaria foi levada ao Supremo pela Rede Sustentabilidade. No pedido, o partido afirma que a portaria foi editada “com o inconfessável propósito de inviabilizar uma das mais importantes políticas públicas adotadas no Brasil para proteção e promoção da dignidade humana e dos direitos fundamentais: a política de combate ao trabalho escravo”. Editada em 16 de outubro, a Portaria estabelece um conjunto de novas regras que, na prática, dificultam o combate ao trabalho escravo no país. Uma das principais mudanças diz, por exemplo, que para que haja a identificação de trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante, é preciso ocorrer a privação do direito de ir e vir. Hoje, de acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. A Portaria deixa também nas mãos do ministro do Trabalho – e não mais da equipe técnica – a inclusão de nomes na chamada “lista suja”, que reúne empresas flagradas com trabalho análogo à escravidão.

As mudanças atendem a uma demanda antiga da bancada ruralista no Congresso. Em nota, o Ministério do Trabalho afirmou que a portaria “aprimora e dá segurança jurídica à atuação do Estado brasileiro” no combate ao trabalho escravo. Para o Tiago Cavalcanti, procurador responsável pela Conaete, a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo vinculada ao Ministério Público do Trabalho, a Portaria é um equívoco tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista histórico. “Sobram evidências de que o governo está do lado de quem explora o trabalho escravo e não de quem é explorado”, afirmou Thiago.



## Novo Marco dos Planos de Saúde

Mais um passo em direção da polêmica reforma da lei dos planos, que regula o mercado de saúde suplementar no país desde 1998, foi dado no dia 18 de outubro, com a leitura do relatório elaborado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) para o Projeto de Lei 7.419/06, que junta 149 PLs diferentes e pretende estabelecer um novo marco legal para a saúde suplementar.

A proposta não agradou as operadoras de planos de saúde nem o Instituto de Defesa ao Consumidor (Idec). Uma das maiores polêmicas geradas é o fato de o relatório acabar com a vedação a reajustes por faixa etária para pessoas acima de 60 anos, regra que hoje é estabelecida pelo Estatuto do Idoso. Para isso, o texto propõe que o reajuste cobrado na última faixa etária seja parcelado em 20 anos com cobranças a cada cinco anos. Para as operadoras isso acarretará no aumento de preços nas faixas inferiores como forma de compensar a carteira da empresa. Para o Idec, a proposta é contraditória já que a partir dos 60 anos de idade o rendimento financeiro cai.



## Ponto para Escola sem Partido

O imbróglio judicial, que começou no fim de outubro, teve sua cartada final às vésperas da realização da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Pela primeira vez, quem desrespeitar os direitos humanos não terá, automaticamente, a redação zerada. A decisão foi acatada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia. Ela sustentou que ‘não se combate a intolerância social com maior intolerância estatal’.

Sob esse argumento, a ministra atendeu a liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspendia esse trecho do edital. O tema foi levado ao Supremo em recursos da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). A liminar foi concedida pelo desembargador Carlos Moreira Alves, aceitando pedido da Associação Escola Sem Partido. O movimento argumenta que o critério não é “objetivo” e tem “conteúdo ideológico”.

Para a professora da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), Vânia Aieta, se trata de uma decisão “confusa”, que “somente evidencia um total desconhecimento do assunto”. Ao falar sobre isso, ela contradiz a Escola Sem Partido, explicando que o critério do Enem é bastante objetivo, uma vez que respeita os valores civilizatórios e constitucionais. “Nenhum direito é absoluto e que, portanto, os direitos humanos têm primazia sobre a liberdade de expressão”, esclarece Aieta.



## REGULAMENTAÇÃO DOS CUIDADORES EM PAUTA

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) analisa o Projeto de Lei da Câmara 11/2016, que cria e regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoa com deficiência e doença rara. “Não são novas profissões que estão sendo inventadas, são ocupações que já existem há muitos anos e que necessitam de um reconhecimento para se fortalecerem enquanto profissões”, explica Daniel Groisman, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Segundo ele, do ponto de vista legal, isso significa melhorar as condições de trabalho, garantir uma formação inicial e estabelecer as atribuições, por exemplo.

Na sua avaliação, no entanto, por não ter sido objeto de debates, o PL traz alguns problemas para a categoria. Um deles diz respeito aos requisitos para o exercício da profissão. De acordo com o texto, os cuidadores precisam ter ensino fundamental completo, um curso de qualificação na área e serem maiores de 18 anos. Devem ainda apresentar um atestado de ausência de antecedentes criminais e um atestado médico de boas condições de saúde física e mental. “Conheço pessoas que são egressos do sistema prisional e que trabalham como cuidadores e são considerados

ótimos profissionais. Em tempos de crescente judicialização das relações sociais, essa questão da criminalização pode representar um problema”, analisa. Groisman ainda sinaliza que outro ponto preocupante na lei é que os cuidadores poderão ser contratados como micro-empresendedores individuais (MEI).

Por tudo isso, ele tem preferência por outro Projeto de Lei da Câmara (4702/2012) que também prevê a regulamentação dos cuidadores mas teve o texto amplamente discutido em três audiências públicas. Este PL, no entanto, está parado, aguardando apreciação do plenário desde julho de 2016.

## ARTICULAÇÕES TENTAM SUSTAR NOVA PNAB

Agentes comunitários de saúde articulam a suspensão da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) no Senado e na Câmara. E o primeiro resultado foi em 3 de outubro, quando o deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS) homologou na Câmara o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 786/17 com o objetivo de sustar a Portaria 2.436 que instituiu a nova PNAB. Outros 26 parlamentares coassinam o PDL. No dia 18 de outubro, foi a vez de o senador Cassio Cunha Lima (PSDB/PB) protocolar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 193 que susta a portaria. A apresentação dos projetos atende ao pedido do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Confederação Nacional

dos Agentes de Saúde (Conacs), que entendem que a nova PNAB traz retrocessos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e consequências negativas para a saúde da população. Os projetos também estabelecem a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica.

## ESTUDO IRÁ MAPEAR A FORÇA DE TRABALHO EM SAÚDE DA AMÉRICA CENTRAL

Descrever as características da educação profissional dos trabalhadores técnicos em saúde de nível superior universitário e não universitário, por meio dos marcos regulatórios da prática profissional nos países da América Central e Caribe: este é o objetivo do mapeamento organizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) sobre o marco regulatório dessa força de trabalho em sete países da América Central: Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Costa Rica. O trabalho tem o apoio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), sede da Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

Consultora internacional pela Opas para o projeto, Liu Leal esclarece que o mapeamento encontra motivação na indefinição sobre quem são e como são formados os trabalhadores técnicos em saúde. “Percebemos que estudos sobre técnicos em saúde não acontecem de uma forma estruturada na maioria dos países da América Central. A expectativa é identificar esses trabalhadores de modo a contribuir tanto para outras pesquisas de aprofundamento quanto para estratégias de relações de troca em processos formativos regionais”, explica Liu. A pesquisa exploratória foi dividida em duas etapas, com duração total de três meses – de setembro até novembro. A primeira etapa elaborou a metodologia, seguida da caracterização do sistema de formação de técnicos nesses países, identificando os marcos normativos e os processos regulatórios existentes na formação superior universitária e não universitária, do setor público e privado, relacionados à abertura de instituições e carreiras técnicas. Para isso, foi identificado um ponto focal na Direção de Recursos Humanos

do Ministério da Saúde de cada país, para articular o trabalho com os diferentes setores envolvidos. A segunda etapa envolve a participação nas reuniões da Comissão Técnica para o Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (Comisca) durante o segundo semestre de 2017, buscando apresentar os avanços e acordar estratégias de acompanhamento nos países da sub-região. Por fim, será elaborada uma proposta metodológica para a continuidade de uma fase analítica da pesquisa, que permita caracterizar o estado da formação e a inserção laboral dos técnicos em saúde. A expectativa é que os resultados do estudo sejam apresentados em novembro deste ano, durante uma reunião da Comisca.

## NOVA ETAPA DA PESQUISA TRAJETÓRIAS

A pesquisa ‘Trajetórias educacionais e ocupacionais de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, e suas expectativas profissionais’ iniciou uma nova etapa no fim de setembro. Agora, a pesquisa realizará grupos focais entre os mesmos entrevistados das etapas anteriores para identificar o que tem acontecido em suas vidas de trabalho nos últimos anos. Coordenado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), o projeto foi iniciado em 2012 quando pesquisadores se propuseram a explorar algumas bases de dados nacionais sobre formação técnica e mercado de trabalho em saúde no Brasil. A princípio foi realizada a parte qualitativa no Rio de Janeiro, entrevistando trabalhadores das áreas de vigilância em saúde, saúde bucal, enfermagem e agentes comunitários de saúde. “O objetivo da pesquisa é analisar as trajetórias ocupacionais e educacionais dos técnicos da saúde e compreender as repercussões das transformações no mundo do trabalho e da qualificação nas suas vidas. Buscamos ainda verificar as semelhanças e diferenças entre os percursos dos trabalhadores desses quatro grupos ocupacionais, os desencontros entre formação e inserção ocupacional e as expectativas profissionais”, explica Monica Vieira, pesquisadora da EPSJV. Em 2013, o projeto foi aprovado no Edital do Papes VI, chamada interna da Fundação Oswaldo Cruz. Em 2014, o campo de estudo foi ampliado com a participação de cinco Escolas Técnicas do SUS, representando as cinco regiões brasileiras, com quase 100 trabalhadores entrevistados em Rio Branco (AC), Salvador (BA),

Belo Horizonte (MG), Blumenau (SC) e Campo Grande (MS).

A nova etapa será concluída em novembro, e o relatório com a análise será divulgado no primeiro semestre de 2018. “Esses resultados poderão auxiliar a qualificação profissional em saúde realizada pelas ETSUS, podem colaborar com a formulação de políticas de gestão do trabalho que envolvam os trabalhadores técnicos em saúde, além de consolidar os esforços investigativos do Observatório dos Técnicos em Saúde que busca associar os estudos quantitativos com a análise de políticas no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde e o ponto de vista do trabalhador sobre sua formação e trabalho”, esclarece Monica.



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

## A QUEM INTERESSA A BNCC?

Especialistas em educação apontam que a terceira versão do documento, que pode ser homologada ainda em 2017, aprofunda a sintonia entre a Base Nacional Comum Curricular e as formulações defendidas por fundações e institutos empresariais que prestam serviços para a educação pública

André Antunes

A educação básica é a nova “bola da vez” do mercado. Poucos meses depois de o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) impedir a fusão dos dois maiores grupos privados de educação superior do país, Kroton Educacional e Estácio Participações, por entender que a união significaria riscos à livre concorrência, as empresas anunciaram que pretendem voltar seus olhares para a educação básica. Em outubro, a Estácio anunciou que a partir de 2018 passará a oferecer vagas também para o ensino médio e para cursos de formação profissional em sete unidades no estado do Rio de Janeiro. Já a Kroton, que ao contrário da Estácio, já atuava na educação básica, anunciou, também em outubro, que está em processo de negociações para aquisição de 16 escolas.

O otimismo do mercado com as oportunidades de investimento no setor educacional brasileiro atravessa fronteiras. Reportagem recente do Intercept Brasil, publicada em outubro, deu destaque para falas do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, que em entrevista à rádio CBN listou como um dos motivos para o aumento da “confiança” de investidores estrangeiros na economia brasileira – auferida por Goldfajn durante reuniões realizadas em Nova York – a “reforma da educação”.

Se com isso o presidente do BC se referia somente à reforma do ensino médio, aprovada em fevereiro deste ano, não se sabe; mas analistas ouvidos pela Poli avaliam que é preciso destacar também o papel que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve cumprir no que caracterizam como um processo de subordinação da educação brasileira aos ditames da economia e aos interesses do mercado. Especialistas em educação têm denunciado que o documento, cuja terceira versão aguarda parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser homologada pelo Ministério da Educação



– o que, segundo o órgão, deve acontecer ainda em 2017 –, aprofundou o grau de sintonia entre a BNCC e as formulações defendidas por fundações e institutos empresariais que atuam na educação. Não por acaso, dizem, o empresariado criou o Movimento pela Base Nacional Comum, que desde 2013 tem incidido nos debates sobre a BNCC e que, segundo os mesmos analistas críticos ao documento, se transformou em um interlocutor privilegiado do MEC sob a gestão José Mendonça Filho.

### OCDE: “Ministro da educação do mundo”?

David Chaves, doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que estuda a atuação dos organismos multilaterais na educação, entende que uma chave importante para analisar a influência das teses empresariais sobre as políticas de educação de uma maneira geral, e sobre a BNCC especificamente, é a produção de organismos como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo ele, a entidade é relevante porque indica ao mundo empresarial quais países estão cumprindo orientações em áreas como educação e economia, sinalizando os locais mais atrativos para investimentos privados. Uma dessas variáveis é a existência de mão de obra qualificada. Qualificada, claro, segundo os padrões estabelecidos pelo organismo.

A OCDE é responsável pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), voltado para estudantes a partir do 8º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Segundo David, os dados do Pisa servem para a construção das políticas públicas na área educacional, procurando afinar a formação dos jovens em consonância com o que se espera deles na vida produtiva e social. “A OCDE, hoje, funciona como uma espécie de ministro da educação do mundo”, ressalta David, complementando: “Tanto para o governo quanto para o setor empresarial é fundamental um alinhamento com as diretrizes do Pisa, uma vez que os países que têm destaque nessa avaliação são classificados pela OCDE como

aqueles que investem numa educação de qualidade e terão mão de obra qualificada, o que possibilita a atração de investimento externo”.

Claudia Piccinini, professora da UFRJ que vem estudando os interesses privados por trás da discussão da BNCC, acredita que o documento prestes a ser implementado no país deve reforçar a hegemonia de uma concepção de educação que relaciona qualidade do ensino com as necessidades do mundo do trabalho. “Quando lemos o texto da Base, o tempo inteiro, o que justifica sua formulação é a necessidade de ampliar a qualidade do sistema educacional brasileiro e com equidade, garantir acesso. Mas tudo isso está vindo sem uma contrapartida financeira. O Brasil não está cumprindo as metas do Plano Nacional de Educação. Então, essa ideia de qualidade, na verdade, é uma grande interrogação”, observa Claudia, para logo em seguida completar: “O que a gente tem de concreto é o conceito de qualidade preconizado pelos documentos da OCDE, do Banco Mundial, e também em documentos do empresariado brasileiro, como a Confederação Nacional da Indústria, que defendem que a qualidade na educação está diretamente ligada ao aumento na produtividade no trabalho como forma de ampliar a competitividade na indústria, nos serviços”.

O Ensino Médio é atrativo para os jovens?

todospelaeducacao Ensino Médio atrativo é aquele conectado às realidades das juventudes, considerando a diversidade e favorecendo a participação dos estudantes. Precisamos intensificar a busca ativa entre os jovens, principalmente os mais vulneráveis. Afinal, pela meta 3 do PNE a matrícula nessa faixa etária deveria ter sido universalizada em 2016. Dados sobre essa meta podem ser acompanhados no [opne.org.br](http://opne.org.br). #PNEVivo #OPNE #PNE #Educação

GUIA DA BASE

DICA

A existência da BNCC não prejudica a autonomia das escolas e educadores.

NOVA ESCOLA Lemann

GUIA DA BASE

DICA

A Base Nacional Comum Curricular não é currículo, mas será um guia indispensável para os currículos de estados e municípios.

NOVA ESCOLA Lemann

Entidades empresariais fazem campanha pela BNCC



**O QUE FICA MUITO EVIDENTE É QUE A AGENDA DA BASE AVANÇA E O RESTANTE DA AGENDA DO PNE NÃO, PORQUE HÁ UMA VISÃO TECNOCRÁTICA DE QUE ELA NÃO REQUER RECURSOS. NA VERDADE, TEM UMA PARTE DESSE SETOR QUE VÊ NA BASE UMA CHAVE PARA UM MERCADO 2.0 DE VENDA DE SERVIÇOS PARAS AS ESCOLAS”**

**SALOMÃO XIMENES**

Professor da UFABC

### **Empresários à vista**

Para educadores e pesquisadores críticos à BNCC, atualmente, no contexto das discussões sobre a Base, o maior expoente das teses empresariais para a educação formuladas pela OCDE é o Movimento pela Base Nacional Comum. “O grande protagonismo do Movimento pela Base nesse debate se dá, sem dúvida, pela articulação e, principalmente, financiamento de setores do grande capital afinados com as ideias do Banco Mundial e da OCDE em relação à educação”, afirma Claudia Piccinini. “E o que nós percebemos nesse processo é que a BNCC

foi incorporando as bandeiras do movimento empresarial. Apesar de o documento ter recebido uma quantidade imensa de falas, de participações, de indicações dos professores e de sindicatos durante o processo de consulta pública, o que a gente vê é que no projeto final o que está colocado é a demanda do movimento empresarial”, pontua.

O Movimento pela Base se autodefine como “um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade” por meio de debates, estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos, além da investigação de “casos de sucesso” em outros países. Uma dessas experiências internacionais é apontada por pesquisadores da área como a principal inspiração do movimento pela construção da BNCC: o *Common Core*, base nacional implementada nos Estados Unidos, que inclui apenas línguas e matemática, as disciplinas cobradas pelas avaliações internacionais que medem a qualidade da educação ofertada no país.

Foi a convite de uma das instituições que integram o Movimento, e uma de suas principais financiadoras, a Fundação Lemann – criada em 2002 pelo homem mais rico do Brasil, o empresário Jorge Paulo Lemann, sócio do grupo que controla a AB Inbev, maior grupo cervejeiro do mundo – que um grupo de parlamentares viajou em 2013 para os Estados Unidos para participar do seminário ‘Liderando Reformas Educacionais e Fortalecendo o Brasil para o Século 21’, organizado pela Universidade de Yale em parceria com a Fundação Lemann. Entre eles estava o deputado federal Alex Canziani (PTB-PR), presidente da Frente Parlamentar da Educação e integrante do Movimento pela Base. O objetivo da viagem, segundo Canziani, era conhecer “as vantagens da unificação do currículo escolar” a partir da experiência do *Common Core*. “A ideia é que nós possamos, através dos secretários estaduais de educação, através dos secretários municipais, do próprio MEC, fazer uma discussão sobre currículo. O que nós queremos para o jovem brasileiro? O que nós queremos que nossas crianças aprendam em cada um dos anos que passam na educação básica do nosso país?”, justificou o parlamentar em discurso proferido na Câmara dos Deputados na semana seguinte à viagem.

A capacidade de articulação é um ponto forte do Movimento pela Base. As organizações ligadas ao empresariado, e que atuam na educação pública por meio de diversos programas, figuram com destaque entre seus integrantes: além da Fundação Lemann, participam representantes do Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA, entre outras. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) representam os gestores da educação no Movimento, que conta também com a participação de parlamentares, como Alex Canziani e Thiago Peixoto (PSD-TO).

Outro grupo importante de instituições participantes do movimento são as organizações prestadoras de serviços pedagógicos como o Centro de Estudos, Pesquisas, Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a Comunidade Educativa Cedac e o Laboratório de Educação, todas financiadas por grandes grupos econômicos, como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Votorantim e Carioca Engenharia.

### **A quem interessa uma BNCC?**

Alice Ribeiro, secretária-executiva do Movimento pela Base, argumenta que o grupo nasceu do entendimento de que a BNCC seria necessária para garantir uma educação pública de qualidade. “Diversos marcos legais do país já estabelecem quais são as prioridades e as finalidades da educação básica nacional. A

própria lei do Plano Nacional de Educação traz isso com clareza. O nosso entendimento é que a Base é um passo nessa direção, da consecução desses objetivos para que seja ofertada uma educação de qualidade”, justifica.

O professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) Salomão Ximenes, no entanto, não concorda com essa leitura. Ele vincula à própria atuação do que chama de “reformadores empresariais da educação” e à sua capacidade de articulação política a construção de um consenso em torno da necessidade da BNCC. Um exemplo seria a lei do PNE, aprovada em 2014, que cita a implantação da “base nacional comum dos currículos” como uma estratégia para a consecução da meta 7 do Plano, que demanda o fomento da qualidade da educação com base no aumento dos índices do Ideb. “O principal grupo que incidiu para que esse tema entrasse no Plano Nacional de Educação foi esse setor de reformadores empresariais, que influenciaram no Congresso para que isso fosse incorporado na lei. Isso não vem dos sindicatos nem dos movimentos populares”, argumenta Salomão.

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, concorda. “Essa demanda entra no PNE com uma emenda ao texto original escrita pelo Fernando Haddad, que é um economista que, na área da educação, sempre se colocou ao lado dos movimentos empresariais”, pontua. Segundo ele, a pressão dos movimentos sociais da educação mobilizados durante a tramitação da matéria no Congresso conseguiu retirar do texto outras demandas dos grupos empresariais que, no entanto, voltaram com força na discussão da última versão da BNCC, que em seu texto de apresentação afirma como um de seus compromissos “a garantia de que os direitos de aprendizagem sejam assegurados a todos

os alunos”. “A ideia de expectativa de aprendizagem vem dos movimentos empresariais, e está vinculada a uma pressão pelo ‘conteudismo’. É uma concepção contrária ao que a gente defende, que é o direito à educação, que pressupõe condições de trabalho para o professor, escola adequada, materiais didáticos adequados. O direito à aprendizagem foca apenas nos resultados medidos pelas avaliações externas”, diz Daniel.

A leitura de Camila Rostirola, professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) segue a mesma linha. Ela acredita que a BNCC deverá servir como um instrumento de aprofundamento da lógica empresarial na gestão da escola pública. Segundo ela, o próprio formato da Base, que lista objetivos de aprendizagem, já serviria como controle para as avaliações em larga escala. “A BNCC vai

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Ministro da Educação Mendonça Filho e a secretária-executiva do MEC Maria Helena Guimarães de Castro participam da entrega do documento da Base Nacional Comum Curricular, em abril



Última audiência pública sobre a BNCC, realizada em setembro, em Brasília (DF)

ter relação com as matrizes de referência das avaliações nacionais e, posteriormente, das avaliações estaduais, justamente para garantir que as escolas sigam ela à risca”, diz. E acrescenta: “Outra questão que a gente vem observando é que vai se gastar um tempo muito grande dentro das escolas em função da preparação para os testes e avaliações, que, por sua vez, se transformam em um fator de comparação entre as escolas e os professores”. Segundo Camila, essa dinâmica já pode ser observada quando são divulgados os resultados de uma avaliação em larga escala, já que os meios de comunicação e as próprias escolas fazem rankings em que se destacam nos primeiros lugares de “qualidade” as unidades onde os alunos vão melhor nos testes.

A partir da Base, alerta ela, não só a lógica do ranqueamento deve se acirrar como a “culpa” pelos resultados deve se cristalizar em uma única figura: o professor. “O que observamos no Brasil e em experiências internacionais hoje é uma lógica da culpabilização. Quem é o grande culpado pelo aluno não aprender? Pela escola ir mal nas avaliações? É o professor. Essa é a lógica por trás das políticas de avaliação: você culpa pelos maus resultados sem observar as condições sociais, as condições econômicas e culturais dos contextos dos municípios e dos estados. Você tira a responsabilidade coletiva dos entes públicos e, de maneira radical, deposita a “culpa” no indivíduo, no docente”.

Coincidência ou não, Maria Helena Guimarães, atual secretária-executiva do MEC e figura-chave da gestão Paulo Renato no governo FHC, deu mostras de que o discurso oficial passa mesmo por aí. “Todas as pesquisas – nacionais, internacionais – indicam que a qualidade do professor é, isoladamente, o fator que mais influencia a melhora do aprendizado. Isso significa que, independentemente das diferenças de renda, de classe social e das desigualdades existentes – que existem e vão continuar, infelizmente, por muito tempo –, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação e melhorar a equidade do sistema no nosso país”, afirmou ela sem citar nenhuma fonte para as informações durante o lançamento da Política Nacional de Formação de Professores, em outubro.

### Mercado educacional?

Para Salomão Ximenes, ainda que a inclusão da Base no Plano Nacional de Educação tenha sido resultado da pressão dos grupos empresariais, a ideia era de que ela seria apenas um dos elementos para ampliação da garantia da qualidade da educação. “Isso tinha que estar articulado à garantia de condições para o funcionamento das escolas, valorização do magistério, financiamento. Mas na situação atual, o que fica muito evidente é que a agenda da Base avança e o restante da agenda do PNE não, porque há uma visão tecnocrática

de que ela não requer recursos. Na verdade, tem uma parte desse setor que vê na Base uma chave para um mercado 2.0 de venda de serviços para as escolas”, analisa ele.

Alice Ribeiro, secretária-executiva do Movimento pela Base, vê de maneira diversa. Ela afirma que, de fato, os problemas da educação vão além da questão pedagógica, sobre o qual a BNCC pretende incidir, e cita problemas de gestão e de infraestrutura como os principais. Mas ressalta: “As questões de infraestrutura e de gestão são tão urgentes e doem tanto no dia a dia que acabam recebendo mais atenção, e é natural: se a escola está caindo na cabeça do menino, não tem professor em sala de aula, isso tudo dá manchete, é muito agudo, e acaba sendo alvo de muitas discussões e ações”, diz Alice, para quem os problemas pedagógicos acabam ficando “em segundo plano”. “A visão do Movimento foi de que essa questão pedagógica, sobre o que o aluno deveria aprender, uma clareza maior sobre o que é esperado que os alunos aprendam, merecia uma atenção especial”, diz.

Com relação à reivindicação de cumprimento do PNE como um todo, e não apenas do que o Plano diz sobre a Base, Alice afirma que o Movimento não tem posição. Com a ressalva de que é um posicionamento pessoal, ela defende, no entanto, que a implantação da BNCC vai gerar uma demanda por um maior aporte de recursos técnicos e financeiros por parte do MEC. “As questões relativas à implementação da Base custam. As adaptações que vão precisar ser feitas, como a elaboração de recursos didáticos, formação de professores, elas custam bastante dinheiro, então é muito importante que haja, de fato, um planejamento financeiro cuidadoso para que a gente não tenha um documento forte tecnicamente mas que não consiga sair do papel por falta de recursos técnicos ou financeiros”, aponta ela.

No artigo ‘Base Nacional Comum Curricular: disputas ideológicas na educação nacional’, Cláudia Piccinini ressalta que a própria implantação da BNCC – mesmo sem ter sido homologada – tornou-se uma fonte de receitas para fundações privadas por meio de parcerias com o poder público. A edição do Diário Oficial do dia 23 de março, antes mesmo da divulgação da terceira versão da BNCC pelo MEC, já trazia uma pista. Lá, o Ministério formalizou a contratação da Fundação Vanzolini – que tem como foco a área de gestão da administração pública e tem projetos voltados para a formação de professores – para execução de serviços referentes à implantação da BNCC. O contrato chegava ao valor de R\$ 19 milhões.

Segundo Cláudia, em 2016 o grupo de estudos do qual participa na UFRJ fez um mapeamento dos programas e projetos em execução atualmente pelos institutos e fundações empresariais que compõem o Movimento pela Base no país. “São 229 projetos ligados diretamente à educação no

Brasil inteiro, voltados pra formação de professores, gestão, protagonismo juvenil. Nós mapeamos alguns estados, como Tocantins, em que você tem praticamente todos os municípios recebendo assessoria dessas fundações. Toda formação continuada de professores, todos os projetos relacionados à educação, de alguma maneira, passam por esses projetos”, aponta ela.

Mas por que então a BNCC interessa às organizações empresariais, se aparentemente elas estão indo tão bem sem ela? Salomão Ximenes tem uma aposta: “A Base dá ao mercado educacional previsibilidade e segurança econômica. Esse mercado passa a contar com uma definição do conteúdo educacional a ser ofertado a cada ano, a cada semana e, com isso, vai poder formatar o seu sistema de ensino, as suas apostilas, o seu sistema de formação de professores de acordo com isso”. Segundo ele, a implantação da Base vai permitir que os programas sejam direcionados à melhoria de resultados nas avaliações externas, como o Ideb. “E isso agora com uma possibilidade de contratualização muito direta. Por exemplo: o município vai poder contratar a empresa ‘X’, o sistema educacional ‘Y’, que vai lhe prometer melhorar o Ideb para 4,5 no prazo de quatro anos e esse será o resultado a ser entregue ao final do processo de contratualização”, diz o professor da UFABC. “É possível visualizar isso, inclusive, não só pela venda de sistemas de ensino, mas até mesmo pela transferência da gestão de escolas. A experiência americana é riquíssima nesse sentido e o governo de Goiás, com a proposta de entregar a gestão de escolas para as OSs [Organizações Sociais], já se aproxima disso. Você passa a mercantilizar esses resultados porque eles se tornam bastante previsíveis quando você estabelece a Base”, conclui.

Alice Ribeiro não concorda com as críticas e defende que as teses formuladas pelas instituições empresariais não apresentaram um peso desproporcional no processo de elaboração da BNCC. “Acho que é uma crítica que não procede. Os membros do Movimento, tanto pessoas físicas quanto instituições, há muito tempo vêm discutindo a educação brasileira e dando contribuições muito concretas. A gente não tem e não dá informação privilegiada. Tudo que o Movimento gera, as pesquisas, as leituras críticas, está tudo no nosso site. As informações a que a gente tem acesso são públicas. O que a gente faz é organizar muito essas informações e analisar junto com um grupo de pessoas extremamente qualificado”, argumenta ela. E completa: “Acho que o Movimento é um grupo que se organizou para discutir a causa de uma maneira aprofundada e ampliada. Isso, certamente, traz uma perspectiva muito rica. Agora, o Movimento não redige a Base, ele não toma decisão a respeito do documento. Isso é uma atribuição do Ministério da Educação em parceria com estados e municípios por parte do Consed

e da Undime. O nosso papel é de ampliar e aprofundar as discussões”.

Também para Patricia Mota Guedes, gerente de pesquisa e desenvolvimento da Fundação Itaú Social, que integra o Movimento pela Base, a versão atual da BNCC expressa as diferentes vozes presentes nos espaços de elaboração do documento. “O Movimento pela Base até teve um papel importante na discussão que ajudou a estimular o Ministério da Educação a liderar um processo, mas depois ele tomou força própria. Se você olhar a quantidade de devolutivas que o documento teve durante os diferentes momentos de revisão, foram milhões de comentários. Os especialistas das universidades se envolveram. Houve também um esforço grande da Undime e do Consed junto com o Conselho Nacional de Educação na organização de fóruns regionais, dos quais participaram muitos professores, além das audiências públicas”, defende ela, fazendo referência aos seminários nacionais realizados em junho de 2016 para debater a segunda versão da BNCC e às cinco audiências públicas realizadas entre junho e setembro de 2017 para debater a terceira versão do documento, apresentado em abril, já sob o governo de Michel Temer.

## Rupturas

A professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Mônica Ribeiro, entretanto, entende que o discurso de que a versão atual da BNCC apresenta uma linha de continuidade em relação aos debates referentes às versões anteriores é enganoso. “Para legitimar a BNCC se diz que é a terceira vez que o documento é colocado para consulta pública, mas isso não é verdade. Essa terceira versão não tem qualquer linha de continuidade com os documentos anteriores, é totalmente novo. Foram outros especialistas que fizeram, ele fala de outras referências que não estavam ali anteriormente”, critica ela. Entre as “rupturas” apontadas por Mônica no texto da terceira versão da BNCC está a introdução da noção de competências como referência conceitual para a elaboração dos currículos da educação básica. E isso, garante, é uma evidência do aumento da confluência entre as agendas do governo e do empresariado. “A gente já tem uma larga discussão no Brasil fazendo a crítica ao modelo de competências, e o quanto isso está atrelado a uma visão mercantilizada da educação”, destaca.

Ainda assim, a secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães, já adiantou, em setembro, que a BNCC do ensino médio, que estava em fase de elaboração pelo MEC no momento em que essa reportagem era produzida, seguirá a mesma estrutura. Ao contrário das anteriores, a terceira versão – e ao que tudo indica, a definitiva – retirou o ensino médio do texto da BNCC. A justificativa apresentada pelo governo foi a de que o texto precisaria ser refor-

mulado para se adequar às mudanças trazidas pela reforma do ensino médio. Segundo o MEC, a versão da Base para essa etapa da educação básica será divulgada até o final de 2017. A Poli entrou em contato com a assessoria de imprensa do MEC em outubro solicitando informações sobre a BNCC do ensino médio, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta.

Mônica Ribeiro afirma que a introdução das competências como referências para a construção dos currículos na educação básica no texto da BNCC retoma uma disputa que vem se desenrolando ao longo dos últimos 20 anos no país. Segundo ela, principalmente após a aprovação da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, houve um movimento no governo Fernando Henrique Cardoso de tornar a chamada pedagogia das competências a referência para construção curricular em todas as etapas da educação. Foi nesse contexto que foram editados os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, em 1998. “A concepção de competências nesses documentos associa o fazer da escola ao fazer mais imediato da prática do trabalho. Não tomava sequer como referência as relações que estão implícitas no mundo do trabalho, mas tomava supostas demandas de mercado para pensar a formação dos estudantes da escola de educação básica no Brasil”, diz Mônica.

Segundo Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), vários países iniciaram reformas educacionais com base na pedagogia das competências naquele período, muito em decorrência do trabalho de indução de organismos multilaterais como a OCDE e o Banco Mundial. Ela explica que a mobilização de educadores críticos foi capaz de fazer com que a adoção da pedagogia das competências para reelaboração dos currículos não fosse obrigatória. “A partir de 2003, no governo Lula, por conta da crítica à pedagogia das competências, o debate da educação brasileira se volta para a discussão de concepção de formação humana integral, que defende que o conhecimento importante não é o conhecimento que é útil pragmaticamente, voltado para resultados, mas é o conhecimento que possibilita ao sujeito compreender a realidade e atuar nela”, diz Marise, que ressalta que no período entre 2003 e 2016 os grupos mais sintonizados com a concepção de formação humana integral conseguiram disputar a hegemonia dentro do governo com os grupos afinados com a pedagogia das competências. “Não é por acaso que é neste governo que todo esse pensamento é retomado”, pontua ela. E completa. “Essa é uma noção que se pauta pela formação dos indivíduos para se tornarem adaptáveis à realidade, não para torná-los capazes de atuar na realidade visando transformá-la. É absolutamente apropriada para a lógica contemporânea do

neoliberalismo, do individualismo, da flexibilidade e da instabilidade da vida”, explica.

Mônica Ribeiro concorda, assinalando a coerência entre a reforma da educação básica e às reformas que têm procurado flexibilizar a legislação brasileira sobre os direitos sociais. “A reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a terceirização, tudo isso faz parte de um mesmo movimento de retirada do Estado dos setores sociais e de implantação de uma lógica privada na administração pública. As reformas do campo da educação estão absolutamente afinadas com esse conjunto de reformas”, defende.

### Por que competências?

O texto de apresentação da terceira versão da BNCC explica que a noção de competência é utilizada “no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes)”. Assim, segundo o texto, “ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído”. A justificativa apresentada pelo MEC para a introdução das competências é o artigo 9 da LDB, onde está escrito que cabe à União “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. Ainda segundo o texto de apresentação da BNCC, a elaboração de currículos referenciados em competências fundamenta reformas curriculares que vem ocorrendo em vários países ao longo das últimas décadas. “É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos”, afirma o texto.

Outro artigo citado no texto da BNCC como “fundamento pedagógico” é um artigo da LDB que sofreu modificações a partir da aprovação da reforma do ensino médio, em 2017. Apresentada pelo presidente Michel Temer por meio da medida provisória 746, e aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2017, a reforma incluiu, no texto da LDB, um artigo que afirma que os currículos desse nível de ensino “deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”. O uso de termos como “aspectos socioemocionais” e “projeto de vida” são importantes para desvelar os fundamentos ideológicos por trás da reforma da legislação da educação básica na conjuntura atual. Segundo David Chaves, se tratam de expressões tiradas diretamente de documentos sobre educação pro-

duzidos pela OCDE, que defende a necessidade de que a escola desenvolva nos estudantes certas “competências socioemocionais”, entendidas como elementos centrais para alavancar o desempenho nas avaliações externas. Uma das principais competências socioemocionais é a “resiliência”. Estudantes resilientes, na definição da OCDE, são “aqueles que provêm de um ambiente socioeconômico relativamente desfavorável e alcançam altos desempenhos, do ponto de vista dos padrões internacionais”.

Não por acaso, a “resiliência” é apontada no texto da BNCC como uma das “competências gerais”, que devem ser estimuladas entre os estudantes em todas as etapas da educação básica. Para David, esse é o principal exemplo da convergência entre o texto da BNCC e a visão empresarial sobre educação. “OCDE e BNCC caminham na direção do estímulo ao empreendedorismo como forma de tornar o cidadão capaz de superar as adversidades da crise estrutural do capitalismo que se reflete, dentre outras coisas, na falta de emprego e na redução das conquistas em torno dos direitos trabalhistas”, avalia ele.

Seu objeto de estudo atualmente é a parceria firmada em 2012 entre a Secretaria estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e o Instituto Ayrton Senna – uma das instituições que compõem o Movimento pela Base – para a implantação do programa ‘Solução Educacional para o Ensino Médio’. Com patrocínio da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e da multinacional Procter & Gamble, o programa foi implantado em uma escola modelo, o Colégio Estadual Chico Anyisio, com o intuito de replicá-lo para toda a rede estadual. “É um programa que trabalha com projetos de vida e com a ideia da OCDE de desenvolver competências socioemocionais, que orientam todas as ações do programa, à proporção que supostamente aumentariam o desempenho nas disciplinas cognitivas, como português, matemática, história, geografia e ciências, e preparariam cidadãos mais capazes de lidarem com as dificuldades da vida, tornando-os mais flexíveis e habilitando-os a serem empreendedores”, explica David, que é crítico do que chama de “caráter funcionalista” da formação oferecida por esse tipo de programa.

“A planificação dos conteúdos minimalistas e a concentração de forças apenas no que ‘vai cair na prova’ constituem-se, para nós, numa estratégia de anular a escola enquanto espaço contraditório de disputa por projetos societários e sedimentar a ideia de que as avaliações externas são medidas da ‘qualidade’, como se essa palavra fosse universal e representasse o entendimento de todos sobre ela”, critica. E complementa: “Na realidade, elas se constituem numa determinada forma de qualidade, ligada a determinados grupos que precisarão dos futuros trabalhadores socioemocionalmente conformados”. ○

# 'É MUITO ATRASO, É MUITO RETROCESSO'

Cátia Guimarães

ARQUIVO PESSOAL



## Do ponto de vista da área de saúde do trabalhador, quais são os impactos da reforma trabalhista aprovada?

Eu destacaria alguns pontos que acho que vão ter maior impacto nessa reforma: a prevalência do negociado sobre o legislado, [a aprovação do] trabalho intermitente, a facilitação de trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres, a dificuldade de acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho e a terceirização. Esse quadro vai tornar mais precárias as relações do trabalho. Essa questão da precariedade é antiga, tivemos recentemente o crescimento do emprego formal, mas estamos retomando a questão da informalidade. O grande paradoxo é o seguinte: tem crescimento de desemprego e intensificação de trabalho. Ou seja, quem está desempregado vai sofrer por falta de emprego – e isso prejudica a saúde, principalmente a saúde mental, essa angústia pelo fato de estar desempregado, de estar se sentindo culpado por essa situação. Uma parcela da população que ficou desempregada ou não consegue ingressar no mercado de trabalho sofre com a falta de emprego e a parcela que continua empregada vem sofrendo há algumas décadas um processo de intensificação do trabalho. Uma coisa tem a ver com a outra. Mudanças que se dão dentro da fábrica, por exemplo, que implicam maior produtividade para diminuir o custo de produção, intensificam o trabalho. A essas mudanças está ligado o processo de enxugamento do quadro de pessoal: tem menos pessoas compensando o trabalho dos postos que foram fechados. Nesse novo contexto de mudanças, você tem o trabalhador que continua empregado fazendo o trabalho de dois ou três e, com isso, a empresa demite. O sofrimento é duplo: é daquele que perdeu o emprego e daquele que continua trabalhando numa situação de maior intensificação do trabalho. É uma situação paradoxal.

O fato de haver ameaça de desemprego é uma das coisas que faz com que o trabalhador se autocontrole. No caso de doenças do trabalho, antigamente

## VERA NAVARRO

Aconteceu dois dias antes da data em que se comemora a Proclamação da República, mas, para vários analistas críticos, foi como um retorno simbólico à escravidão. No dia 13 de novembro de 2017, entrou em vigor a lei 13.467, que instituiu uma reforma trabalhista no Brasil. Proposta pelo governo Temer, reprovada pela maioria da população e comemorada pelo grande empresariado, foi aprovada pelo Congresso em julho passado, pouco tempo depois da autorização para a terceirização irrestrita. Meses depois, portarias do Ministério do Trabalho flexibilizaram a concepção de escravidão contemporânea, dificultando o combate a essa prática.

Entre as mudanças, medidas como a redução do tempo mínimo obrigatório para almoço, as diversas brechas para a ampliação da jornada e a permissão para que gestantes e lactantes trabalhem em ambientes insalubres são alguns exemplos do que pode gerar impacto direto sobre a saúde do trabalhador. Nesta entrevista, a professora Vera Lucia Navarro, da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, mostra que não para por aí. Descrevendo a transição no perfil epidemiológico das doenças do trabalho no Brasil, ela aponta a intensificação do trabalho como um fator de adoecimento e alerta que, com as recentes medidas aprovadas, esse cenário vai piorar muito. “Estamos voltando para trás”, lamenta.



a gente tinha um fenômeno que era do absenteísmo, o trabalhador faltar ao emprego por motivos de saúde. Hoje o fenômeno é o presentismo, ou seja, mesmo adoentado, ele vai trabalhar porque tem medo de perder o emprego. Ele vai esconder, inclusive, acidentes de trabalho. Porque, em caso de demissão, o trabalhador que adocece, que tem alguma doença, é o primeiro a ser despedido. Quem encabeça as listas [de demissão] são os acidentados do trabalho, as pessoas que já foram afastadas por doença do trabalho, e também as que são sindicalizadas, que participaram de sindicato. Existe uma lógica nessa lista. Então, as pessoas tendem a esconder problemas de saúde. E escondem ainda mais os problemas de saúde de ordem mental, porque há todo um tabu em cima desse tipo de problema. E nós sabemos que os adoecimentos ligados à saúde mental têm crescido, houve uma mudança no perfil epistemológico das doenças nas últimas décadas.

### Que mudança é essa? Quais eram as principais razões de adoecimento no trabalho em outras décadas e quais são as principais causas e doenças do trabalho hoje no Brasil?

Na década de 1970, houve um crescimento econômico industrial muito grande. As pessoas vinham, por exemplo, do campo para a cidade trabalhar na indústria. Essa força de trabalho não era bem qualificada e ia mexer com máquinas. Com a exigência de um trabalho muito intenso e as máquinas desprovidas de qualquer tipo de proteção, o número de acidentes de trabalho no país estourou. O Brasil foi considerado o campeão mundial de acidente de trabalho nessa época. Esse era o perfil. E havia também acidente de trajeto.

Com as novas tecnologias, a diminuição do emprego industrial e o aumento do emprego no setor de serviços, houve mudanças. E, junto com isso, veio todo um processo de maior pressão. Esse perfil, então, vai mudando. Uma das doenças bem emblemáticas é a lesão por esforços repetitivos, a LER. É uma doença que aparece com o computador, vai ser reconhecida entre os bancários, quando há uma explosão e uma intensificação do trabalho nos bancos. Antes trabalhava-se numa máquina de escrever ou de somar que não era digital, mas esses avanços tecnológicos, ao invés de aliviarem, intensificam a labuta humana. O bancário que trabalhava na compensação ganhava por toque que dava na máquina. O cara tinha que fazer aquelas compensações de cheques com muita rapidez e isso aumentou de uma forma explosiva as lesões nos braços. Foi pela luta dos bancários que a LER passou a ser considerada doença de trabalho. Hoje a LER está espalhada por vários outros setores da economia e é uma doença que tem muito a ver com repetição, com intensificação do trabalho. Foi nesse sentido que mudou o perfil.

Por outro lado, tem toda uma organização do trabalho que implica maior controle, maior pressão sobre o trabalhador, por exemplo, com cobrança de metas. Há uma disputa entre os trabalhadores. Junto com esse processo, a

gente assiste também a uma forma de retirar o sindicato de cena. Agora, com o processo de terceirização se ampliando, vai haver menos controle ainda porque a terceirização implica trabalho precário, que pode ser realizado em domicílio, em oficinas de fundo de quintal, onde não há fiscalização. A permissão da terceirização de atividades-fim da empresa significa um desmonte muito grande do mercado formal do trabalho.

### Um estudo produzido em 2013 pelo Dieese e pela CUT afirma que em cada dez acidentes de trabalho no Brasil, oito envolvem terceirizados, e quatro em cada cinco mortes por acidente de trabalho também se dão entre terceirizados. Há dados ou evidências que mostrem que o vínculo terceirizado é pior do que o vínculo direto em relação à saúde do trabalhador?

Vou falar a partir do que eu pesquisei. Por exemplo, na indústria de calçados a terceirização não é uma novidade. Até os anos 1980, as empresas não se referiam a isso como terceirização: quando recebiam uma encomenda muito grande e a capacidade produtiva não alcançava, elas repassavam o serviço para ser feito fora. Esporadicamente, os seus próprios funcionários levavam para casa determinada parte do calçado, depois traziam pronto, com costura, essas coisas. A partir da década de 1990, isso vai explodir. Terceirizar vira tendência, com um único objetivo: diminuir custo de produção. Diminuir custo de produção não garante que vai melhorar nada para o trabalhador, porque vai recair sobre ele uma série de coisas, desde os custos com energia que ele gasta trabalhando em casa até a questão da segurança do trabalho. Eu visitei casas em época de frio. Entrei numa casa que estava fechada e eles estavam colando peças de calçado, usando cola, e dentro da casa tinha carrinho com bebê, tinha um senhor idoso... A questão da saúde extrapola quem está trabalhando. Quando você leva o trabalho para um local que não é propriamente um ambiente de trabalho – como a fábrica, que precisa ter controle e cumprir determinada fiscalização, o que não acontece com o trabalho na casa das pessoas –, os prejuízos à saúde vão para a família toda. Ali estava todo mundo aspirando cola. Estou dando um exemplo, mas você pode estender para várias outras coisas. A indústria de confecção que produz essas roupas tipo calças jeans usa determinados produtos para descolorir. Além de fazer mal para quem está perto, para o meio ambiente, o produto vai embora, contamina o solo. Esse processo de precarização das relações de trabalho é um prejuízo para todo mundo.

E há diferença sim: os terceirizados estão mais expostos. Eu não tenho nenhuma pesquisa que quantifique isso, mas sabemos por evidência de alguns estudos que geraram visitas, por exemplo, que as condições são piores, mesmo dentro do serviço público. Eu estive recentemente no Congresso Brasileiro de Enfermagem e, lá, uma pessoa expôs um trabalho mostrando que, com esse processo de contra-

tação de trabalhadores de forma temporária, está havendo uma rotatividade muito grande dos atendentes de enfermagem que atuam nas unidades de terapia intensiva. Quando o profissional começa a se qualificar para um posto, já muda. O exemplo se relacionava ao tratamento de hemodiálise: a pessoa que está operando os aparelhos tem que ter não só qualificação: quanto mais experiência, quanto mais tempo ela trabalhar num lugar, mais consegue resolver um problema que possa aparecer no curso de um tratamento como esse. Para o trabalhador também é muito angustiante atuar sem experiência numa coisa que tem risco de vida. Então, é preciso tomar cuidado com essa situação precária de trabalho via terceirização.



**ESTÁ TUDO POR FAZER DE NOVO.  
ACHO QUE TEM QUE RECOMEÇAR.  
O QUE SE ESPERA? QUE A GENTE  
TENHA FORÇA.**

**Voltando às mudanças no perfil epidemiológico da doença do trabalho hoje, existem dados ou evidências significativas de um aumento dos problemas relacionados à saúde mental, mesmo com toda a subnotificação, como você comentou?**

De acordo com o Ministério da Previdência Social, de 2008 a 2009 o número de afastamentos do trabalho em decorrência de transtornos mentais e comportamentais subiu de 12.818 para 13.478. Esse número em 2010 teve uma queda, passou para 12.150, mas a concessão de auxílio doença em função de transtornos mentais e comportamentais voltou a subir em 2011, passando para 12.337 casos. Dentro dos transtornos mentais e comportamentais, as doenças que mais afastavam trabalhadores em 2011 foram episódios depressivos, outros, transtornos ansiosos e reações ao estresse grave e transtornos de adaptação. Esses são dados de um informativo eletrônico da Previdência Social de 2012.

Eu não trabalho com grandes pesquisas estatísticas, mas podemos pensar que isso tem a ver com trabalho. Aí está a dificuldade por conta da mudança no perfil epidemiológico. Porque, quando acontece um acidente típico de trabalho, para o trabalhador é mais fácil conseguir estabelecer a relação entre o acidente e a atividade que ele fazia. No caso desses transtornos mentais e comportamentais, para isso ser relacionado ao trabalho, há uma dificuldade maior. Mesmo no acidente de trabalho, existe uma prática de querer atribuir ao próprio trabalhador a culpa pelo acidente. Individualiza-se a culpa, dá-se um jeito de dizer que

o trabalhador não usou os equipamentos individuais de segurança, mas nunca se questiona do ponto de vista coletivo das condições de trabalho quem realmente é o culpado. E quando o problema é de ordem de saúde psíquica, mental, a dificuldade é muito maior. E agora, com essa reforma, vai ficar pior ainda, porque além de tudo isso, vai-se dificultar o acesso à própria Justiça. O trabalhador vai encontrar muito mais dificuldade para pleitear seus direitos. Nesse sentido, a reforma é bem devastadora para o trabalhador.

**Algumas das medidas mais comentadas da reforma trabalhista é o fim da obrigatoriedade do intervalo para refeição, que agora pode ser substituído por uma indenização, e a redução do tempo mínimo de almoço para 30 minutos e não mais uma hora. Esses parâmetros que até hoje orientaram a CLT são influenciados pela área de saúde do trabalhador?**

Reduzir o tempo para as refeições implica questões sérias de risco para a saúde. Os que nunca sentiram na pele não sabem, mas imagina as pessoas que trabalham em pé por nove horas! Já têm uma série de problemas causados pelo trabalho em pé: fatores ergonômicos, a questão do trabalho repetitivo... Esse horário do almoço era também um momento de descanso, para sentar, deitar, pôr a perna para cima... Quando você está comendo, também está descansando o corpo. Isso é o mínimo! Mesmo assim a gente sabe que muitas vezes os locais onde as pessoas comem são totalmente inapropriados. O que está acontecendo agora? Ao invés estarmos discutindo o que podemos fazer para avançar em termos de garantias, de condições humanas de sobrevivência, estamos tendo que enfrentar o retrocesso. Aqui na região de Ribeirão Preto, nós temos muitos cortadores de cana. Com a mecanização, alcançou-se um grau de tecnologia altamente avançada. As máquinas colhedeiras de cana hoje em dia podem andar para baixo e para cima em tudo que é terreno, são modernas, guiadas por GPS, com ar condicionado. Isso a gente vê nas exposições de máquinas agrícolas. Só que a máquina colheitadeira é igual carro: quando você vai comprar, tudo isso é acessório, o ar condicionado, o banco que é mais ergonômico... E a mentalidade do capitalista brasileiro é escravocrata, por isso, ele compra sem nada. No início do capitalismo, quando, com muita luta, se conseguiu regular a jornada de trabalho, o capitalista, para manter seu patamar de lucratividade, inventou o trabalho em turno e o trabalho noturno: 12 horas de dia, 12 horas de noite. E aqui, com a mecanização da cana, você retorna um pouco a isso. Eu conversei com um trabalhador que trabalhava a noite inteira operando a máquina e perguntei que horas ele comia. Ele falou: “não paro para comer”. Ele levava uma sopa numa garrafa térmica e, enquanto operava a máquina, tomava a sopa de canudo. Isso é refeição? Essa situação prejudica muito a saúde dos trabalhadores.

Várias medidas da reforma trabalhista dizem respeito à jornada de trabalho. Há, por exemplo um novo regime de compensação de horários, que significa o banco de horas, a ampliação do número de horas extras permitidas e a aprovação da jornada intermitente. Junto com isso houve uma generalização da jornada por escala (12 X 36 horas). Todas essas medidas acabam permitindo que o trabalhador trabalhe mais horas seguidas. Que efeitos isso pode ter sobre a saúde do trabalhador?

O corpo não suporta. Há um impacto físico mesmo. [Com a jornada intermitente], as pessoas têm que se deslocar de um lado para outro, há uma ansiedade e uma angústia muito grandes por não saberem que tipo de trabalho as espera... Por que as pessoas preferem um trabalho com mais estabilidade, como no emprego público? Porque elas conseguem se planejar, sabem que têm um horário para entrar, outro para sair, têm determinadas tarefas a fazer. E que, ao longo do tempo, aquilo vai ficando mais fácil, à medida que elas vão se acostumando com o que fazem. Quando tudo é sempre novidade, você não sabe o que vai fazer, é complicado. Aqui em Ribeirão Preto nós tivemos uma proposta que era uma aberração. Para resolver o problema de falta de professores, a Prefeitura queria criar com aplicativo, tipo Uber: faltou um professor, aquelas pessoas que estão cadastradas têm que estar disponíveis e, em 30 minutos devem estar dentro de sala de aula, sem nem saber o conteúdo que vão dar. Pensa bem na loucura que é um negócio desses! Foi chamado de uberização do professor. Não foi aprovado, mas várias pessoas defenderam. Isso certamente aumenta problemas de hipertensão, infarto... É esse perfil de doença que eu falo que muda: se, em outros tempos, havia muito acidente de trabalho, doenças que eram clássicas em algumas atividades, porque mexiam com determinados produtos, agora temos esse tipo de doença que é provocada por pressão, por aumento de jornada, por cumprir metas. O assédio moral vai crescer muito porque são coisas subjetivas que vão medir a competência de uma pessoa. Qual é, por exemplo, a intenção dessa tentativa de se retirar a estabilidade do emprego no funcionalismo público?

**Outra mudança muito criticada, trazida pela reforma trabalhista, é a permissão para que mulheres grávidas e que estão amamentando possam trabalhar em locais insalubres. O que isso significa?**

Hoje em dia é proibido o trabalho de gestantes e lactantes em ambientes que são contaminados, que são muito quentes, que têm muita poeira, em postos de trabalho em pé, com muito ruído, com radiação... Isso comprovadamente faz mal aos bebês e às mães que estão amamentando. Essa reforma vai permitir que se trabalhe nessas condições desde que o médico – e pode ser o médico da empresa – ateste que isso não é problema. É uma coisa indecente.

**É possível estabelecer uma comparação entre a nova legislação trabalhista brasileira e os padrões internacionais?**

Eu não conheço dados com precisão, mas o que a gente sabe é que a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional sempre foi feita à custa de baixos salários. E aí se explica, inclusive, o trabalho escravo e toda uma série de exploração. Em termos de saúde dos trabalhadores, estávamos engatinhando ainda para conseguir uma situação que fosse menos violenta. Agora perdemos, inclusive, esse ponto de partida, porque temos que correr atrás de uma situação muito pior. É muito atraso, é muito retrocesso. Imagina, em pleno século 21, você falar em ampliar jornada de trabalho! A gente não chegou a fazer uma discussão sobre a redução de jornada e está falando em ampliar. Essa história de levar o trabalho para casa, que às vezes é apresentada para a população como uma coisa boa, na verdade não é. Porque você leva o problema junto. Não é por estar em casa trabalhando que você está próximo da família: quando está trabalhando em casa, você não quer que seu filho chegue perto porque vai te atrapalhar, você não vai dar atenção para o pai, para a mãe, para a esposa... A nossa vida está sendo pautada cada vez mais por trabalho e, quando se retira o trabalho do espaço público e leva para dentro de casa, existe a invasão do seu espaço de família com todos os problemas da ordem do trabalho. Isso, conseqüentemente, atinge a saúde, não só do trabalhador em particular, mas da família inteira.

**Qual o tamanho de todo esse retrocesso?**

Eu lido há muito tempo com essa questão de trabalho. Tíhamos uma esperança de que a coisa só poderia caminhar para a frente. Sem sermos ingênuos de achar que fôssemos avançar muito nessa condição de trabalho dentro dos limites de uma sociedade capitalista, achávamos que poderia demorar para chegar, mas alcançaríamos uma condição melhor. Poderíamos conseguir que os sindicatos tivessem realmente uma atuação fiscalizatória maior, que pudessem denunciar, cobrar penalidades, lutar por melhores condições de trabalho, ampliar e fazer cumprir as leis. Imaginávamos, por exemplo, que através das pesquisas conseguiríamos fazer um retrato melhor do que estava acontecendo e, portanto, os organismos responsáveis pela fiscalização no trabalho, órgãos governamentais, poderiam fiscalizar e cobrar, que a própria atuação da imprensa poderia ser de denúncia dessas condições de trabalho. Mas estamos vendo que a imprensa é conivente com esse tipo de coisa. Agora estamos voltando para trás. Imagina, falar em trabalho escravo, falar em aumento de jornada de trabalho, enquanto deveríamos estar lutando por diminuição de jornada! Nessa conjuntura, em que os trabalhadores estão mais desorganizados, e vão ficar muito mais ainda com esse processo de terceirização que fragmenta a classe trabalhadora e enfraquece os sindicatos, está tudo por fazer de novo. Acho que tem que recomeçar. O que se espera? Que a gente tenha força. O

## OS INTERESSES ECONÔMICOS POR TRÁS (OU DEBAIXO) DA LAMA DE REJEITOS DA MINERAÇÃO

*Os dois anos do maior crime socioambiental do país provocado por uma empresa minerária revelam o lobby de um setor altamente lucrativo junto ao poder público*

Katia Machado

**N**ovembro de 2017: em meio a incertezas sobre a possibilidade de retorno ao antigo modo de vida, moradores dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, região central de Minas Gerais, atingidos há dois anos pela lama da mineradora Samarco e suas acionistas BHP Billiton e Vale, ainda vivem em casas alugadas em Mariana (MG). Tampouco a construção das novas vilas que irão abrigar as famílias começou. Não bastasse a morosidade na reparação dos danos, até hoje as principais multas impostas à mineradora pelos órgãos ambientais dos governos federal e dos dois estados afetados – Minas Gerais e Espírito Santo – ainda não foram pagas. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), das 68 penalidades aplicadas, que totalizam quase R\$ 552 milhões, 67 estão em fase de recurso. Apenas uma, parcelada em 59 vezes, começou a ser quitada: o valor corresponde a 1% do total. A isso se soma a suspensão da ação penal movida para punir os responsáveis pelas mortes do maior crime socioambiental do Brasil. A decisão que põe em banho-maria o processo movido contra 22 funcionários e diretores da Samarco e suas controladoras, bem como da VogBR, que inspecionava a barragem na ocasião, foi tomada pela Justiça Federal em Ponte Nova, na Zona da Mata, para análise da alegação da defesa sobre suposto uso de prova ilícita na ação penal. A impressão – ou a certeza – que se tem é que o rompimento da barragem do Fundão, que matou 19 pessoas, destruiu centenas de casas, deixou um milhão de famílias sem água e trabalho e acabou com a biodiversidade da bacia do Rio Doce, ao derramar quase 40 bilhões de litros de rejeitos de minério, não tem um fim.

O que se denuncia como a impunidade em Mariana, no entanto, não é um caso isolado. Ela reflete as estreitas relações das empresas de mineração com os poderes Executivo e Legislativo. “Por ser um segmento riquíssimo, muito bem remunerado pela atividade que faz, a mineração tem condição de fazer um lobby pesadíssimo. Os municípios mineradores até muito pouco tempo atrás enxergavam que esse lobby era uma coisa natural, inerente a qualquer segmento econômico, mas como o lobby ultrapassou os limites do bom senso, reconhecemos hoje que isso nos prejudica, e os municípios agora resolveram reagir”. A declaração é do consultor institucional de Relacionamentos Institucionais da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Waldir Salvador, que completa: “Identificamos tal lobby nas declarações dos deputados que sempre receberam verbas significativas da atividade mineradora”.

Levantamento sobre o financiamento das mineradoras feito pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, que reúne mais de 100 instituições e movimentos sociais dedicados a discutir o ritmo de extração mineral, os lucros das empresas e os impactos socioambientais – entre elas o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) – identifica que a mineração figura na lista dos cinco setores que mais contribuíram para as eleições de 2014, perdendo apenas para alimentação, bancos e construção civil. Juntas, as empresas mineradoras doaram R\$ 32,7 milhões para os 15 partidos cujos candidatos disputaram uma vaga na Câmara dos Deputados, principalmente por Minas Gerais, Pará e Bahia, maiores estados mineradores do Brasil – somente a Vale doou R\$ 22,6 milhões. O estudo informa que, isolado na frente, o partido que mais arrecadou foi o PMDB (R\$ 13,8 milhões), seguido do PSB (R\$ 5,7 milhões), PT (R\$ 4,3 milhões), PSDB (R\$ 3,6 milhões) e PP (R\$ 1,7 milhão). “A relação entre o poder das corporações e a subserviência do Executivo e do Legislativo faz com que o setor desfrute de uma carga tributária altamente benéfica para si e gravemente prejudicial ao país, além de promover graves violações socioambientais”, revela Alessandra Cardoso, assessora política do Inesc.

## Em nome do capital

O *modus operandi* da relação entre empresas minerárias e os poderes Legislativo e Executivo é desvelado em meio à discussão que se dá neste exato momento sobre as regras do setor. Lançadas em julho pelo presidente Michel Temer, tramitam no Congresso três medidas provisórias (789, 790 e 791/17) que visam modificar o Código de Mineração, criar uma agência reguladora, substituindo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e alterar as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que é o royalty cobrado das empresas que atuam na atividade. Para o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, seria uma estratégia do governo peemedebista, que anuncia que as mudanças têm o objetivo de tornar a indústria mais competitiva e sustentável, para indicar ao mercado internacional que o país irá expandir as oportunidades para a exploração mineral.

O novo Código da Mineração, de que trata a MP 790, cujo relator é o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) – que dos quase R\$ 5 milhões recebidos na campanha de 2014, mais de 40% foram doados por empresas do setor, segundo o Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração –, tem sido justificado pela necessidade de simplificar e liberalizar os processos burocráticos relacionados à exploração mineral. A MP, porém, aprofunda retrocessos para o meio ambiente e os direitos de comunidades indígenas e tradicionais. O alerta é feito pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), em seu site: “Não são consideradas, minimamente, as populações que estão em conflito com os empreendimentos minerários, os trabalhadores da mineração, o meio ambiente e o interesse do povo brasileiro. Parece que nada foi aprendido com a maior tragédia-crime socioambiental do Brasil, o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, que destruiu toda a bacia do Rio Doce. Temos, com as MPs de Temer, uma oportunidade perdida de pensar o conjunto das discussões da mineração”, escreveu a entidade em 28 de agosto deste ano, logo após o anúncio das medidas.

Para o Movimento, a MP 790 favorece em grande medida as empresas, especialmente no que se refere às áreas disponibilizadas para a extração, que serão colocadas em leilões virtuais. “Essa medida que visa ‘desburocratizar’ pode facilitar, na verdade, a especulação sobre os territórios”, atenta a entidade. Outro elemento preocupante diz respeito à possibilidade de fiscalização por amostragem. O MAM qualifica a proposta como “um escárnio com as vítimas fatais da lama da Samarco, com os milhares de trabalhadores que ficaram sem trabalho em decorrência do rompimento e com toda a bacia do Rio Doce”, já que um dos motivos do maior desastre socioambiental do país foi a falta de permanência na fiscalização. “Caso seja aprovada esta proposta, de fiscalização por amostragem, aumentará a probabilidade de novos rompimentos”, denuncia o Movimento, informando que o DNPM tem hoje apenas quatro funcionários em Minas Gerais para fiscalizar mais de 360 barragens de rejeitos de mineração existentes no estado.

## Como garantir a fiscalização?

Quanto à MP 791, que extingue o DNPM e cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), a preocupação reside na real capacidade que a agência

terá de fiscalizar e evitar tragédias como a ocorrida em Mariana. Na avaliação de Waldir Salvador, esta nova agência deverá ter independência política, para que seus dirigentes sejam escolhidos por critérios técnicos, “e não como hoje acontece em relação à DNPM”. Segundo ele, tais escolhas são feitas segundo indicações dos deputados da bancada da mineração.

Em seu site, o MAM escreve que a medida traz um conjunto de propostas “pró-mercado”, entre elas o artigo 12 que afirma que sindicalistas não poderão assumir cargos de direção na ANM, em total contradição com a permissão para que ex-diretores do setor de mineração possam ser diretores da agência desde que não estejam ligados às empresas durante a função. Outro ponto crítico da medida diz respeito ao seu artigo 6º, que não deixa claras as responsabilidades pela fiscalização dos empreendimentos da mineração, incluindo as barragens de rejeitos da atividade minerária, criando a possibilidade de que seja realizada pelo setor privado. O Movimento enfatiza: “O caminho mais acertado seria fortalecer os órgãos competentes com a abertura de amplo concurso público para a garantia que a fiscalização do setor da mineração no Brasil fosse feita de modo mais efetivo”.

No que se refere à MP 789, sobre a cobrança da Cfem, alterando alíquotas e mudando a base de cálculo, Alessandra Cardoso esclarece que a proposta tenta conciliar interesses: das empresas, que alegam que o Brasil precisa ser mais competitivo no mercado internacional, e dos municípios e estados impactados pela atividade, que lamentam sofrer com a “penúria fiscal”. Para isso, a medida definiu alíquotas com variação entre 2% (como é hoje) e 4%, a depender da cotação internacional do minério de ferro, devendo atingir 4% somente quando o preço estiver acima de US\$ 100 a tonelada. Adicionalmente, muda a base de cálculo cobrando a alíquota sobre a receita bruta da venda e não mais sobre o faturamento líquido. “A pressão sobre esse tema vem de todos os lados: municípios e estados alegam que o Brasil tem a menor taxa de arrecadação de impostos no mundo; as empresas, por sua vez, a despeito dos lucros exorbitantes recebidos, alegam que taxas baixas fazem do Brasil mais competitivo no mercado internacional e, conseqüentemente, permite ampliar a arrecadação do imposto, hoje de 60%”, explica ela.

A assessora do Inesc revela ainda que, face à maior parte da arrecadação da Cfem ficar com os

municípios (65%) e os estados (23%), a MP ganhou especial interesse dos entes federados, que são os maiores produtores e, não por acaso, foi relatada por um deputado mineiro (Marcus Pestana, do PSDB-MG). “O relatório apresentado tenta fechar a fatura em 4%, uma proposta já antiga defendida pelo PSDB de Minas Gerais”, conta Alessandra. Em nota que assina com Jarbas Vieira, da Coordenação Nacional do MAM, divulgada em 19 de outubro, ela sublinha que para ampliar a força política da proposta, o relator propôs uma nova divisão da arrecadação, tirando uma pequena parcela dos estados (-3%), dos municípios (-5%) e da União (-2%) para compor um fundo de 10%, cujo valor será distribuído entre os municípios impactados pela mineração em função da presença de barragens, depósitos de estéréis, instalações, infraestruturas de escoamento como estradas de ferro, minerodutos, portos. “Há uma expectativa de que, mesmo com perda de parcela da Cfem, haja aumento da receita em função das mudanças de alíquota e base de cálculo dos municípios impactados, sob forte lobby especialmente dos 23 municípios do estado do Maranhão recortados pela estrada de ferro Carajás. São municípios que alegam viver na miséria, apesar de por eles passar uma grande riqueza do país”, resume.

### Riscos de um país minerado

“Por que esse assunto deveria interessar mais amplamente à sociedade?”, perguntam Alessandra e Jarbas, respondendo taxativamente: “Primeiro, porque o Brasil precisa se reconhecer como país minerado, com todas as conseqüências que esse lugar implica. No caso do minério de ferro, o Brasil é o segundo maior produtor mundial e, ao longo do chamado *boom de commodities*, a exploração do minério pela Vale cresceu 253%, alcançando 348,9 milhões de toneladas extraídas em 2016”. Segundo a assessora política do Inesc, o Brasil é junto com a Austrália o maior *player* global do principal recurso mineral que está na base de economias industriais, em especial a da China, que demanda hoje mais de 70% de todo o minério de ferro produzido pelo mundo. “A tragédia de Mariana e as conseqüências por toda a bacia do Rio Doce só nos lembram de que a mineração, além de ser uma atividade com alto potencial de danos, é dominada por empresas transnacionais que não medem esforços para ampliar a escala da extração e reduzir custos”, alerta Alessandra. Ela e Jarbas lembram, porém, que a Cfem não é uma compensação

por dano ambiental e, por isso, “este dano deve ser cuidadosamente avaliado, mitigado e, em último caso, compensado no âmbito do Licenciamento Ambiental que já é bastante frágil e está sob intenso ataque do governo e de um Congresso Nacional que possui 238 parlamentares investigados em casos de corrupção”, escrevem na nota. “Há uma interpretação corrente que diz que a Cfem deveria ser usada para reparação de danos ambientais. Isso é conceitual e politicamente incorreto, pois este imposto é uma compensação pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais, que deveria ser usado pelos gestores públicos para a melhoria da qualidade de vida, da saúde e da educação das regiões impactadas pela mineração. Para responder aos

danos socioambientais, é preciso exigir uma legislação ambiental e social eficiente e eficaz, pois já estão mais que comprovados os riscos que esta atividade traz para o ambiente e a população”, explica Alessandra.

Ela chama atenção ainda para a baixa tributação sobre a mineração no Brasil e as elevadas isenções fiscais que o setor da mineração recebe para explorar minérios no país, seja pela Lei Kandir (1996), que isenta de ICMS os produtos e serviços destinados à ex-

portação, ou pelas manobras contábeis que as transnacionais utilizam para pagar menos impostos. Sobre isso, ela cita estudo do Instituto de Justiça Fiscal, informando que 80% do minério que a Vale exporta têm como primeiro destino a Suíça – sendo esta exportação registrada a preços muito mais baixos do que os preços do minério no mercado internacional –, e de lá, e sem tributação, o minério é enviado à China para abastecer sua indústria siderúrgica. “Estas manobras contábeis, conhe-



cidas como ‘preços de transferência’, ocasionam uma perda de receita fiscal estimada em mais de 5,6 bilhões de dólares ao ano, que significa algo em torno de R\$ 19,6 bilhões. Tal perda representa mais de 19 vezes o que foi arrecado com a Cfm sobre o minério de ferro em 2016”, denuncia ela, alertando ainda: “Os poucos recursos da Cfm têm sido historicamente gastos pelos estados e municípios sem diálogo com a população e sem definição de prioridade que busque superar a excessiva dependência da mineração e que vincule, de alguma forma, seu uso a investimentos públicos que ampliem os direitos dos cidadãos e que protejam o meio ambiente. Ao contrário, muitas vezes os recursos são gastos para melhorar a infraestrutura necessária à operação das grandes mineradoras”.

Na mesma direção, Waldir Salvador diz que os municípios mineradores lutam por uma “Cfm de qualidade”, para que a alíquota do setor possa ser exclusivamente aplicada em infraestrutura das cidades mineradoras e diversificação das suas atividades. “Os municípios querem que as cidades mineradoras tenham uma infraestrutura muito boa, para atraírem novos negócios e diminuam a nossa dependência da atividade de mineração”, afirma. O consultor da Amig revela, segundo fiscalização feita pelo DNPM em novembro de 2005 – ou seja, há 12 anos –, que a Samarco, a CSN Mineração S.A (segunda maior exportadora de ferro do Brasil), a Vale e o Consórcio Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) devem aos municípios mineradores de Minas Gerais R\$2,3 bilhões em impostos. “Já imaginou o que significaria este valor aplicado na saúde, educação, diversificação econômica, urbanização das cidades?”, questiona, comparando o setor de mineração com o de telecomunicações: “Uma empresa de telecomunicação não recebe do subsolo da nação um cabeamento pronto para ela explorar e, no fim, pagar apenas 2% do faturamento líquido dela. A mineração, ao contrário, que recebe do subsolo o minério, se beneficia e fica com grande parte do lucro. O compromisso dela só por isso tinha que ser muito maior”.

### Quem paga a conta do lobby?

Dois anos depois, Mariana é exemplo concreto dessa correlação de forças desfavorável para os movimentos sociais, ambientalistas e a população atingida. “A situação é de bastante indignação por ter passado dois anos e o povo estar sendo tratado com total descaso”. A afirmação é de Joceli Andreoli, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ele acompanha as famílias atingidas, de Mariana à Regência (ES), reconhecidas oficialmente pelo Comitê Interfederativo (CIF) – composto pelo Ibama, pela União, pelos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, municípios impactados e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – para orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia. Segundo ele, o cenário é degradante, de humilhação e discriminação de moradores que culpam os desabrigados pelo aumento do desemprego na cidade de Mariana, para onde eles foram deslocados. “São muitos os impasses, e os atingidos temem que as construções dos novos distritos possam não sair do papel no prazo determinado”, diz. Joceli destaca que, além de estarem desempregadas, privadas dos terrenos onde tinham suas plantações e criações de animais, as famílias sofrem preconceito, como se fossem culpadas pela paralisia da Samarco: “As crianças dos distritos atingidos ganharam apelidos, foram separadas das demais em uma escola própria, sofrem bullying por sua condição de desalojadas”.

Para ele, no caso específico de Mariana trata-se de estratégia e incompetência da Samarco e suas acionistas. “Não ter feito o reassentamento das famílias até hoje é uma estratégia de individualização das reparações para enterrar de vez a

memória coletiva das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Se fossem reassentadas, retomariam suas comunidades e manteriam a memória viva sobre o que aconteceu”, explica, acrescentando que, para a mineradora, os atingidos são uma ameaça e atrapalham a lógica do capital.

Em nota, enviada por e-mail à Poli, a Fundação Renova garante que todas as ações estão dentro do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a Samarco e suas acionistas e diversos órgãos da administração pública nos níveis federal e estadual, incluindo os prazos. Segundo a entidade, já foram destinados R\$ 2,5 bilhões para ações de reparação e compensação, entre novembro de 2015 e agosto de 2017, e desse total R\$ 1,8 bilhão foi aplicado nos trabalhos durante a atuação direta da Fundação, além da previsão de R\$ 11,1 bilhões em recursos até 2030.

A Fundação enumera as ações programadas: 101 afluentes impactados já foram recuperados; 92 pontos de coleta de dados sobre a água ao longo da bacia do Rio Doce foram instalados, sendo 22 estações automáticas de monitoramento; cerca de R\$ 500 milhões já foram pagos em indenizações e auxílios financeiros; 18.676 cadastros foram enviados ao CIF, referentes a 57.955 pessoas; 8.323 auxílios financeiros são pagos mensalmente por meio de cartão a cerca de 20 mil pessoas assistidas; R\$ 500 milhões foram destinados para o tratamento de esgoto, em negociação com os municípios; R\$ 40 milhões estão disponíveis no fundo Desenvolve Rio Doce; 511 nascentes das cinco mil da bacia do Rio Doce que serão recuperadas em dez anos foram cercadas; 47 mil hectares do território devastado estão em processo de restauração florestal; e dois mil hectares da área diretamente atingida e cinco mil hectares das áreas das nascentes serão ainda protegidos.

Segundo a Renova, o projeto da Nova Bento Rodrigues, a ser construído em um terreno conhecido como La-



voura, está em fase de adequação, com acompanhamento de representantes da Câmara Técnica de Infraestrutura e a Prefeitura de Mariana e da assessoria técnica da Cáritas, entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que presta apoio aos atingidos em Mariana. “Ajustes nos projetos foram solicitados pelo CIF, e o processo segue os trâmites legais. O cronograma para o início das obras está sendo construído conjuntamente com todos os envolvidos no processo”, destaca, informando que o projeto abrigará 225 famílias – ou seja, 729 pessoas. Vale citar que a região fica a oito quilômetros de distância de Mariana e a nove quilômetros do antigo distrito, que tinha mais de 300 anos de história. A inauguração da nova vila está prevista para março de 2019.

De acordo ainda com a Fundação, a comunidade de Paracatu de Baixo, que escolheu a área de Lucila para a reconstrução do novo distrito, com capacidade de comportar as 120 famílias da comunidade (468 pessoas), deverá ter suas casas entregues no primeiro semestre de 2019. “Dos nove terrenos que formam a área, oito já estão adquiridos e o nono está em fase final de assinatura de contrato”, detalha a Renova. Já em Gesteira, na zona rural de Barra Longa (MG) – que também ficou sob a lama da Samarco –, foi reaberta junto à mobilização da Assessoria Técnica Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) a negociação para a aquisição da área escolhida pela comunidade para abrigar as 20 famílias (61 pessoas) atingidas.

### Comunidades sem esperança

Joceli esclarece, no entanto, que as coisas não são bem assim. As áreas para reassentamento foram ‘escolhidas’ pelas comunidades afetadas a partir de três opções apresentadas para cada uma pela Renova. “A comunidade de Bento Rodrigues escolheu a Lavoura no dia 7 de maio, Paracatu escolheu a Lucila no dia 3 de setem-

bro e Gesteira escolheu o terreno dos Macacos no dia 25 de junho”, informa. Porém, segundo ele, em nenhum dos terrenos há qualquer atividade iniciada. De acordo com o MAB, a Renova começou a fazer um projeto da nova Bento Gonçalves com os atingidos e o projeto foi rejeitado pelo órgão ambiental de Minas Gerais por inadequações, além de o terreno apresentar problemas documentais. “Uma das inadequações colocadas pelo órgão ambiental é a grande movimentação de terra que teria que ser feita no terreno para cumprir o projeto de comunidade apresentado, o que colocaria famílias vivendo abaixo de um barranco de 18 metros de altura”, explica Joceli, contando também que, em relação à nova Gesteira, a Renova chegou a dizer aos atingidos no início do ano que não compraria o terreno. “A Fundação mudou de ideia após pressão dos atingidos organizados no MAB e apoiados pelo Ministério Público e pela assessoria técnica Aedas”, acrescenta.

Ele ressalta que o processo de elaboração do acordo não permitiu a participação das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem, deixando de fora as reais necessidades das famílias (ver reportagem de capa da Revista Poli nº 43). Um exemplo disso é o cadastro-padrão contratado pela Renova à empresa Synergia Consultoria Ambiental, para catalogar as perdas materiais e imateriais das famílias e dos moradores individualmente e, depois, calcular as indenizações caso a caso. Para ele, o documento tem uma linguagem pouco acessível, com excesso de informações e mecanismos de comprovação das perdas muito documentais. “Isso preocupa porque pode associar a garantia de direitos a mecanismos probatórios que no caso da dimensão de impacto das famílias encontram-se prejudicados, já que diversas delas perderam tudo, não podendo reconstituir os dados sobre o patrimônio através de registro fotográfico ou prova do-

documental”, diz trecho do parecer do MAB sobre o método do formulário que começou a ser aplicado pela Renova em julho de 2016. De acordo com o Movimento, o formulário foi criticado também pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta/UFMG) por deixar muitas famílias de fora. “Nem todas as famílias que foram cadastradas são consideradas atingidas e tampouco receberão alguma forma de reparação”, denuncia Joceli.

O trabalho, suspenso por decisão judicial em novembro de 2016, após ação coletiva contra a Samarco que questionou especialmente os critérios para definição de bens imateriais, os conceitos de reparação e reconstrução e a exclusão dos próprios atingidos na elaboração das questões a serem respondidas por eles, está sendo revisado. De acordo com a Fundação, até setembro 75% das solicitações (de moradores) foram acatadas para a modificação do cadastro e as “discussões finais estão em curso para reduzir a incompatibilidade verificada em 25% das questões e se chegar ao consenso”.

### O que está em jogo

O coordenador do MAB revela os muitos interesses que estariam por trás da morosidade da Samarco: “Tem uma questão muito séria, que é a tentativa da empresa de se apropriar das terras que foram cobertas pelo minério, fazendo de Bento Rodrigues – maior distrito impactado – um grande armazém de rejeito de minério”, denuncia. Segundo Joceli, nos oito distritos de Mariana, epicentro do desastre socioambiental, pelo menos 40 pessoas que assistiram à lama bater à porta de casa lutam para ser incluídas em programas de assistência da Fundação Renova e cerca de 700 famílias estão fora do cadastro da instituição, ainda que a instituição afirme estarem de fora 514 famílias (1.611 pessoas). “Ao observar a extensão do desastre, iremos conferir que há milha-

## NO RANKING DA ECONOMIA, MINERAÇÃO OCUPA A PRIMEIRA POSIÇÃO

Os recursos do setor são vultosos: somente a Vale produziu, no terceiro trimestre deste ano, 95,1 milhões de toneladas de minério de ferro, o que representou uma alta de 3,3% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram produzidas 92,09 milhões de toneladas. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que vem há anos acompanhando o setor como parte do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, realça que a companhia entregará aos seus acionistas R\$ 5,52 bilhões que não serão taxados, já que desde 1995 os lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas estão isentos de imposto. “Uma taxa de 15%, como era cobrada até 1995, renderia aos cofres públicos R\$ 828 milhões, somente de lucros de dividendos dos acionistas da Vale”, critica o Instituto. Em julho deste ano, o site do Ministério de Minas e Energia anunciou: “O setor mineral arrecadou 11,5 bilhões de dólares ao longo do primeiro semestre deste ano. A balança foi superavitária, já que as exportações com mineração e transformação mineral arrecadaram 22,6 bilhões de dólares, enquanto que as importações foram de 11,1 bilhões”. Segundo a consultoria Economatica, no terceiro trimestre de 2010, por exemplo, o setor ficou em primeiro lugar no ranking da economia brasileira, lucrou um total de R\$ 12,5 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2009, na frente de setores econômicos grandiosos como o bancário, que obteve um lucro de R\$ 9,98 bilhões no mesmo período.

Estudo recente realizado pela Rede Latino-Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (Latindadd), em parceria com o Instituto Justiça Fiscal do Brasil, intitulado ‘Subfaturação no Setor de Mineração no Brasil Evade US\$ bilhões do Orçamento Público’, supõe que as mineradoras que atuam no Brasil para aumentar ainda mais seus exorbitantes lucros façam uso de evasões fiscais, desvios e sonegação de impostos e, principalmente, transferência da renda pública gerada pela atividade mineradora para os capitais privados de empresas nacionais e transnacionais do ramo. De acordo com este levantamento, há um déficit de US\$ 2 bilhões deixados de arrecadar para o povo brasileiro com a exportação de minério de ferro somente em Minas Gerais – maior estado minerador. “Estima-se que o subfaturamento nas exportações de minério de ferro produziu a fuga de 39,1 bilhões de dólares entre 2009 e 2015, uma perda média de mais de 5,6 bilhões por ano. Ao valor subfaturado foi associada uma perda de receitas fiscais de 13,3 bilhões de dólares para o mesmo período, o que representa uma perda média anual de 1,9 bilhão”, escreve o documento da Rede Latinidad.

Somado à Lei Kandir, promulgada nos anos de 1990, que isenta as mineradoras de tributos das operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS), principalmente destinados à exportação, o estudo constata ainda, em Minas Gerais, nos últimos 20 anos, uma desoneração aos cofres público de um montante próximo de R\$ 135 bilhões. “As questões fiscais e tributárias e sua relação com a mineração são um aspecto a mais, e não menos importante de um modelo que viola direitos sociais, ambientais e trabalhistas”, conclui a assessora política do Inesc, Alessandra Cardoso.

res de famílias não reconhecidas e, portanto, com seus direitos negados”, corrige. Um grande exemplo disso é o não cadastramento de várias comunidades na foz do Rio Doce, em Linhares e São Mateus. “Mais de mil famílias não foram cadastradas. Depois que os atingidos ocuparam uma reunião do Comitê Interfederativo em março de 2017, este recomendou o cadastramento dessas famílias. Mas até hoje a Renova não começou a cumprir a recomendação”, denuncia o MAB.

Joceli faz ainda críticas ao Programa de Indenização Mediada (PIM), criado pela Fundação como parte do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta para atender as pessoas e micro e pequenas empresas que sofreram danos materiais, morais ou perdas ligadas às suas atividades econômicas. “Para receber pelos danos, as famílias têm que assinar um documento de quitação, isentando a Samarco de quaisquer eventualidades ou danos futuros”, esclarece. E sentencia: “Isso é uma armadilha”.

Quanto à recuperação ambiental da região, o MAB observa que, a despeito dos diversos pontos de monitoramento da qualidade da água que a empresa diz ter, os atingidos têm pouca informação sobre a qualidade da água e da terra por onde a lama passou. “Não há orientação sobre possibilidades de moradias próximas à área onde a lama está depositada, nem se há como se plantar, muito menos sobre os impactos da poeira da lama na saúde das pessoas”, diz Joceli. Segundo ele, hoje há famílias vivendo a poucos metros da área onde a lama está depositada, fazendo uso da água, construindo casas e plantando. “Animais caminham e se alimentam em áreas com lama e tomam água do rio por onde a lama passou”, denuncia, contando que em 2016, em Barra Longa, foram notificados mais de 300 casos de dengue. “Esse número nos anos anteriores não passava de 50 casos”, compara. O

# INTERESSES PRIVADOS NA SAÚDE MENTAL

*As contradições que perseguem a efetividade da Política de Saúde Mental no Brasil*

Ana Paula Evangelista

**A** Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) está consolidada, porém estagnada: o diagnóstico é feito por militantes da Reforma Psiquiátrica no Brasil que identificam investimento insuficiente em serviços de atenção psicossocial, motor da luta antimanicomial, e o recrudescimento de iniciativas como as comunidades terapêuticas e os leitos em hospitais psiquiátricos. “Não houve investimento efetivo do Estado na construção de uma rede substitutiva, nem na parte específica de serviços. Contraditoriamente, duas áreas fundamentais de mudança do modelo assistencial no Brasil, que são a atenção psicossocial e a saúde da família, estão precarizadas em vários aspectos”, descreve Paulo Amarante, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e membro do Grupo de Trabalho da Saúde Mental da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Já para Leonardo Vidal Mattos, coordenador do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre o Empresariamento na Saúde da UFRJ, mais do que uma estagnação, o que

está acontecendo é uma mudança no caminho do dinheiro público nessa área. Isso porque, segundo ele, com foco no tratamento de usuários de álcool e outras drogas, a saúde mental tornou-se um negócio lucrativo. “Eu acho que está mais para retrocesso do que estagnação. Se analisarmos a política pública que defendemos, da reforma psiquiátrica, de fato, há uma estagnação, mas se olharmos para um panorama mais amplo, considerando o avanço das comunidades terapêuticas, eu acho que pode se dizer que é um retrocesso”, explica Mattos.

## Das origens aos dias atuais

Amarante explica que a proposta da Reforma Psiquiátrica era substituir o modelo asilar, de internação e exclusão social, e criar uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial, visando à integração da pessoa que sofre de transtornos mentais à comunidade, garantindo a cidadania e o respeito aos seus direitos e individualidade. “Não era



apenas uma questão de humanizar o modelo ou de mudá-lo. A Reforma Psiquiátrica buscou refletir sobre o sujeito com transtorno mental e criar outras estratégias, que o incluísse na sociedade”, explica Amarante, fazendo uma analogia com o tema da escravidão: “Não bastou somente abolir a escravatura. Tirar os negros da senzala significaria criar alternativas para que, ao saírem de uma posição de desvantagem social, tivessem efetivamente possibilidades de inserção na sociedade”.

Fruto de um processo histórico de formulação crítica e prática, que questionou o modelo clássico e o paradigma da psiquiatria no fim da década de 1970, no contexto político de luta pela democratização, a reforma psiquiátrica hoje enfrenta algumas dificuldades, segundo Amarante.

Uma delas é a carência de centros de Atenção Psicossocial (CAPS), especialmente o de tipo 3, dedicado a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida, em municípios ou regiões de saúde com população acima de 150 mil habitantes. “Com o processo de fechamento gradativo dos manicômios que se iniciou com a Reforma Psiquiátrica, a lógica seria investir primeiramente no CAPS 3, porém foi priorizada a criação de CAPS 1”, informa, referindo-se ao dispositivo que integra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mas que, diferente do CAPS 3, não prevê internação temporária.

Para o Ministério da Saúde, ao contrário, o cenário é de investimento na área. Segundo a pasta, no Brasil, existem atualmente 2.466 CAPS, o que representa um crescimento de 836% em relação a 2001 quando havia apenas 295 unidades. Além dos CAPS, a Rede de Atenção Psicossocial conta com 35 unidades de acolhimento de adultos no país e 22 infantis e 495 residências terapêuticas em espaços urbanos, criadas para responder às necessidades de moradia. “Esses números são muitos tímidos”, contrapõe Roberto Tykanori, psiquiatra e ex-coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da pasta em gestões do PT. A exemplo de Amarante, Tykanori reconhece um avanço da RAPS desde 2002, seguido por uma estagnação abrupta a partir de 2016. “Isso se deve a um desmonte, literalmente, da máquina pública”, resume.

### Investimentos congelados

Em 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, começaram a aparecer os primeiros indícios de que a PNSM estava sob ameaça. Tykanori, reconhecido pela sua militância na Reforma Psiquiátrica desde os anos 1980, foi substituído por Valencius Wurch. Entre os anos de 1993 e 1998, ele foi diretor da Casa de Saúde Doutor Eiras, em Paracambi (RJ), maior manicômio da América Latina, denunciado por violações dos direitos humanos, como o uso de eletrochoques, alimentação escassa e água não potável, fatos que provocavam óbitos com frequência. A indicação ao cargo provocou uma grande reação dos militantes da luta antimanicomial, culminando no Movimento Fora Valencius do Distrito Federal (DF) – o

então coordenador só foi exonerado em maio de 2016, pelo ministro da Saúde substituto à época, José Agenor Álvares. “Eu não tinha ideia do quanto a substituição na Coordenação de Saúde Mental já indicava o desmonte da política pública. Na época, ainda pensava que era só um problema de acomodação política”, observa Tykanori.

Rosana Onocko Campos, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Grupo Temático de Saúde Mental da Abrasco, confirma o congelamento dos investimentos na saúde mental, com base no primeiro Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, apresentado pelo Ministério da Saúde em setembro deste ano. O relatório aponta as altas taxas de suicídio entre idosos com mais de 70 anos e chama atenção ainda para o alto índice entre jovens, principalmente homens e indígenas. O mesmo relatório mostra que os serviços de assistência psicossocial têm papel fundamental na prevenção do suicídio, já que nos locais onde existem os CAPS o risco de suicídio é 14% menor. Ela observa apenas um tímido crescimento dos CAPS-AD, destinado a pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas. “Apesar da comprovação da importância desses centros, sabemos que há milhares de cidades no Brasil que não têm cobertura. Isso se deve ao fato de os recursos estarem sendo transferidos para as comunidades terapêuticas”, denuncia. E é aqui que estagnação e retrocesso se encontram.

### Nada é por acaso

Foi como parte da política de combate às drogas que as comunidades terapêuticas passaram a receber recursos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), subordinada ao Ministério da Justiça, especialmente a partir de 2015. Além disso, a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde editou em outubro de 2016 a Portaria 1.482, que determina a inclusão dessas entidades no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). A portaria surgiu dois meses após a Justiça acatar pedido do Ministério Público Federal e suspender os efeitos de uma resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que regulamentava o funcionamento das comunidades terapêuticas.

Pelo CNES, as comunidades devem ser definidas como “equipamentos de saúde” e atender a normas específicas, entre elas a Lei da Reforma Psiquiátrica de 2001, que regula as internações psiquiátricas e promove mudanças no modelo assistencial aos pacientes portadores de sofrimento mental, destacando-se o processo de desospitalização implementado através RAPS. Essas entidades surgem na década de 1960, sob o propósito de oferecer tratamento a usuários de drogas. Como fiscalização insuficiente, tornaram-se uma “versão moderna dos manicômios”, como define a vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e presidente da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ana Sandra Fernandes Nóbrega. Uma inspeção nacional deflagrada sob sigilo pelo Ministério Público Federal (MPF), pelo Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura (MNPCT) e pelo CFP em 31 comunidades terapêu-

ticas, nos dia 16 e 17 de outubro de 2017, atestou problemas como internações forçadas e não documentadas, instalações precárias e péssimas condições de higiene, suspeita de trabalhos forçados e até mesmo indícios de sequestro e cárcere privado com ausência da família – a relação com os nomes das intuições será divulgada em um relatório nos próximos meses. “Além da privação de liberdade, porque muitas pessoas não têm a escolha de saírem dali na hora que quiserem, foram identificadas várias situações de violação de direitos humanos”, antecipa Ana Sandra.

Mas se não se enquadram como serviços de saúde, indo na contramão da Política Nacional de Saúde Mental, como essas entidades conseguem recursos públicos e crescem em número a cada ano? Para Paulo Amarante, a resposta pode ser encontrada no lobby feito pelas bancadas religiosas no Congresso Nacional. “As igrejas com seus poderes financeiro, econômico e ideológico incidem diretamente sobre o poder político que as representam. As comunidades terapêuticas são parte de um processo que se dá por meio de liberação de emendas parlamentares”, afirma Amarante.

Esse processo, segundo o pesquisador Leonardo Mattos, foi iniciado em 2009 com a criação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) – desde então, a obtenção do certificado de filantropia virou pauta das comunidades terapêuticas –, seguida em 2011, da mudança na Resolução da Anvisa (RDC 29/2011), que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativa, permitindo a participação das entidades ativamente. Na sequência, em 2013, o Planalto passou a pressionar a Senad para liberar recursos para as comunidades terapêuticas na esteira do plano ‘Crack, é possível vencer’. A iniciativa, lançada em 2011, envolveu os ministérios da Saúde, Justiça, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A medida recebeu apoio do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sob alegação de que as entidades eram responsáveis por 80% do atendimento a dependentes e não poderiam ser ignoradas na rede de atendimento.

Ainda em 2013, Vitore André Zilio Maximiano, ex 2º subdefensor público-geral do Estado de São Paulo assume a Senad. “Desde que assumiu a função, Maximiano demonstrou ser possível convencer as comunidades terapêuticas e sua bancada parlamentar de que a parceria proposta pela então ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman era real. Ele disse claramente o que iria fazer e fez: por meio de contratos e convênios, destinou uma expressiva verba para estas entidades”, revela Mattos. O lobby pela regulamentação da atividade resultou no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, em 2015, e na aprovação do marco regulatório pelo Conad. “Em 2016, Ricardo Barros entra como ministro da saúde e autoriza depois de outubro a concessão da nova regulamentação para obtenção e renovação dos certificados, o Cebas, para as comunidades terapêuticas”, acrescenta Mattos.



Lideranças da Confinact em reunião com o senador Romero Jucá (27/09/17)

O ano de 2016 se destaca também para as comunidades terapêuticas pelo lançamento do Plano ‘Progredir’, da gestão Michel Temer, que prevê ações do governo federal para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único e dos beneficiários do Programa Bolsa Família. “Parece ter alguma relação, não está muito claro ainda. Mas representantes das comunidades terapêuticas estiverem presentes e em defesa do plano”, reflete Mattos.

### O poder da organização

Em 2012, a criação da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confecnat) – liderada pela Federação Norte e Nordeste de Comunidades Terapêuticas (Fennoct), Cruz Azul No Brasil, Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract), Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (Feteb) e Obra Social Nossa Senhora Da Gloria Fazenda Esperança (Fazendas Esperança) – marca o recrudescimento das comunidades terapêuticas sobre o setor público. Na lista de conquistas da Confecnat estão: audiências com os ministros da Saúde, Justiça e Casa Civil para reconhecimento e financiamento das comunidade terapêuticas; audiência com a ex-presidente Dilma Rousseff, que se comprometeu em apoiar o trabalho das comunidades terapêuticas; a revisão e a alteração da legislação que regulamenta as instituições, com a promulgação da Resolução da Diretora Colegiada (RDC 029 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)); o lançamento do Edital de Financiamento de Projetos de Reinserção Social para as Comunidades Terapêuticas pelo Ministério da Saúde; o Censo (mapeamento) das Comunidades Terapêuticas do Brasil; o lançamento do Edital de Financiamento de Vagas em Comunidades Terapêuticas pela Senad; e a inserção da modalidade de atendimento de Comunidade Terapêutica no Projeto de Lei 7.663/2010, aprovado na Câmara dos Deputados, que altera a Lei Sobre Drogas (11.343/2006). “Isso comprovaria um avanço das propostas conservadores sobre o setor público, e não uma estagnação da Política de Saúde Mental”, observa Leonardo Mattos.

Egon Schlüter, presidente da Confenact e secretário-geral da Cruz Azul no Brasil – entidade filantrópica católica que oferece serviço de atendimento à dependentes de drogas e ainda presta assessoria e apoio às comunidades terapêuticas, explica que o objetivo de criar a Confederação foi ter uma representação única nos espaços de discussão e que a agenda principal do grupo é retomar debates sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas. “O marco regulatório foi suspenso sem uma análise do mérito, mas tendo como pano de fundo segmentos que, historicamente, são contra o trabalho das entidades do terceiro setor. Foram motivados por conselhos profissionais, Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, o pessoal da antropologia, que durante a construção do marco regulatório sempre se manifestaram contra”, argumenta. Segundo ele, esses segmentos não entenderem o trabalho das comunidades terapêuticas como serviço de tratamento e acolhimento. “Estamos articulando junto ao Congresso Nacional uma lei federal que regulamente o serviço de comunidade terapêutica, para que tenhamos uma legislação específica para o nosso modelo e assim não nos confundam com as clínicas que fazem tratamento involuntário”, anuncia.

Para Schlüter, as comunidades terapêuticas implicam serviços de atendimentos residencial e psicossocial. “Não somos a volta dos manicômios. Nós somos, justamente, uma modalidade que vem como alternativa aos manicômios”, defende. Se por um lado ele admite existir entidades que se denominam ‘comunidades terapêuticas’, mas que praticam agressão física, psicológica, maus tratos e cárcere privado, por outro defende a importância de uma rede de comunidades terapêuticas com mais de 20 anos de atuação e que é referência internacional nessa modalidade. “Uma legislação federal é justamente para nos dar ferramentas enquanto federações e confederações de monitorar e fiscalizar o atendimento. Além disso, um serviço para ser financiado com recursos públicos precisa de regulamentação”, reforça. Ele sugere ainda a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 037/2013 do deputado Osmar Terra (PMDB), que traz um capítulo sobre a atuação das comunidades terapêuticas. “Apesar de curto, é um texto bastante consistente e objetivo. Se aprovado, já teríamos uma lei federal que daria uma regulamentação mínima às comunidades terapêuticas”, ensaia.

Em relação ao Cebas e à inclusão no CNES, Egon Schlüter considera que as proposições foram precipitadas. “Não somos um serviço de natureza clínica médica hospitalar, e nunca seremos”, sentencia. Ele avalia que a decisão de associar a obtenção do Certificado de Entidade Beneficente e Assistente Social ao cadastramento no CNES foi unilateral. “Nós sempre pleiteávamos um registro junto à Saúde, ou seja, um CNES específico para a nossa modalidade, sem uma natureza clínica-médica”, explica, acrescentando que o estatuto da Confenact está sofrendo alterações para ampliar as filiações das federações e associações estaduais de comunidades terapêuticas.

O financiamento por recursos públicos também está na pauta da Confederação. Somente a Senad financia quatro

mil vagas em comunidades terapêuticas. “Mas ainda é pouco ao compararmos com as 80 mil vagas que são oferecidas pelas mais de duas mil comunidades terapêuticas que hoje existem no Brasil”, argumenta Egon Schlüter. Segundo o presidente da Confenact, o trabalho de mobilização realizado pela entidade pela regulamentação das comunidades terapêuticas tem como focos a busca de um financiamento público continuado e a inserção das instituições de atendimento na política pública. “Não se trata, neste caso, de explorar o mercado, já que a Confenact é composta por federações sem fins lucrativos. Somos uma modalidade voluntária, um movimento político apartidário, tanto que as pessoas que integram a diretoria da Confederação não podem ocupar um cargo público nem estar concorrendo ou ocupando um cargo eletivo”, avalia ele.

Para Leonardo Mattos, esses objetivos e metas da Cofenact comprovam o retrocesso na PNSM, uma vez que introduzem as entidades religiosas na política de saúde oficialmente. Essa influência da religião sobre as decisões políticas pode ser confirmada por um estudo promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que revela que das 2 mil comunidades terapêuticas do país, 82,2% são ligadas a alguma religião. A espiritualidade é a principal prática terapêutica (95,6%), mas 55% aplicam remédios nos internos. “Os interesses conservadores estão associados ao interesse mercadológico. Não se trata de algo meramente empresarial ou meramente religioso, mas sim de uma associação perigosa entre religião e ação mercantil”, define.

## Disputa de leitos

Além de interesses econômicos e religiosos, os princípios da Reforma Psiquiátrica também são fragilizados por pautas corporativas. Um dos exemplos é a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), que defende uma reforma dos hospitais psiquiátricos e ampliação dos leitos. “Existe a defesa de que esses hospitais sejam renovados e que garantam a soberania do ato médico, o que não ocorre dentro dos hospitais gerais e CAPS”, explica Pilar Belmonte, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Porém, isso vai de encontro aos princípios da Reforma Psiquiátrica, que prevê a internação apenas em casos que o paciente esteja em crise.

A discussão em torno da necessidade de expansão de leitos de saúde mental ganhou destaque depois que um levantamento feito pelo Ministério da Saúde (MS), apresentado pela Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) em 31 de agosto e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 14 de setembro, evidenciando problemas como subnotificação, má gestão de recursos destinados a obras e baixa ocupação de leitos. De acordo com os dados divulgados, que teriam sido gerados por um novo sistema de monitoramento, a taxa de ocupação dos leitos de saúde mental nos hospitais gerais é inferior a 15%, quando na avaliação do MS deveria ser de 80%.

O panorama implicou a criação de um Grupo de Trabalho para aprimorar o controle e o modelo de financiamento

da política de Saúde Mental em todo o país e orientação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) para retomar o debate sobre a ampliação dos leitos em hospitais psiquiátricos. Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no entanto, trata-se de mais uma tentativa de apresentar como solução para os problemas do SUS o incentivo aos leitos nos hospitais psiquiátricos da rede privada de saúde. “Tem acontecido um movimento que é bem peculiar de desqualificação total da Rede de Atenção Psicossocial. Dizem que não funciona, sem apresentar uma proposta substitutiva”, avalia Ana Sandra, questionando se não seria de interesse exclusivamente mercadológico. “Isso não seria de se estranhar em face do avanço do neoliberalismo em nossa sociedade capitalista”, observa. Em nota pela defesa dos hospitais psiquiátricos, a ABP e o Conselho Federal de Medicina (CFM) elencam 12 problemas da assistência psiquiátrica no Brasil. “Uma taxa de ocupação tão baixa indica que estes leitos não existem, são fictícios. Em nenhum país do mundo, leitos psiquiátricos em hospitais gerais foram ou são úteis. O hospital especializado em psiquiatria e o hospital geral são diferentes até na arquitetura”, argumenta o psiquiatra Salomão Rodrigues Filho, associado à ABP. Segundo ele, o leito psiquiátrico tem mais espaço físico para os pacientes fora dos quartos e isso é importante para o paciente de saúde mental. Já os hospitais gerais valorizariam mais o espaço do quarto, adequado para pacientes acometidos por doença física. “Como o doente mental permanece muito pouco no leito, quando internado em hospital geral ele incomoda os demais pacientes e, por isso, esses leitos são utilizados por pacientes psiquiátricos passíveis de tratamento ambulatorial ou não são utilizados”, justifica.

Segundo a ABP, a existência de leitos psiquiátricos de boa qualidade é bem-vinda em qualquer país do mundo. E lista: “Na Inglaterra, são 0,58 leitos psiquiátricos; nos Estados Unidos, 0,95 leitos psiquiátricos; no Canadá, 1,90 leitos psiquiátricos; e no Brasil, apenas 0,18 leitos psiquiátricos por mil habitantes”. Ele considera que a proposta de reduzir leitos psiquiátricos e excluir o médico psiquiatra da assistência ao doente mental somente é defendida por “militantes ideológicos da desassistência ao doente mental”. “Esses militantes partem de uma falsa premissa ‘nicaraguense’ de que os pacientes psiquiátricos não são doentes e sim diferentes, por isso não precisam de tratamento e sim de cuidados. Desta forma, negam o extraordinário avanço do conhecimento científico na área e o formidável benefício que os fármacos propiciam aos doentes mentais”, diz.

A ABP argumenta ainda que comunidades terapêuticas só foram incluídas pelo governo no Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD 2009-2011) porque não há leitos psiquiátricos disponíveis. “As comunidades terapêuticas não são médicas. Isso significa retrocesso, uma vez que elas retornam à época da psiquiatria religiosa e policial, abandonando a psiquiatria científica, excluindo o médico psiquiatra do sistema assistencial. Elas se proliferam e ocupam um espaço que o governo brasileiro ne-

gligenciou”, reprova Salomão, alegando que a internação hospitalar de doentes mentais não fere a Lei 10.216/2001. “Pelo contrário, o artigo 6º da lei já diz que a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, normatiza de forma correta a internação hospitalar psiquiátrica. O termo manicômio etimologicamente é correto, mas no Brasil foi obstaculizado”, orienta.

Em resposta à ABP e ao CFM, o Ministério Público Federal (MPF) divulgou uma nota que rebate cada ponto exposto pelas entidades. “A divulgação da taxa de ocupação de leitos de saúde mental em hospitais gerais, por si só, sem investigação de sua causa, não traz o caminho da solução”, escreve. Para o MPF, uma das possíveis causas desse cenário é a falha no encaminhamento ao serviço, diante da ausência de centrais de regulação do acesso em todas as regiões de saúde. “De mais a mais, a diminuição das internações em leitos de saúde mental [em hospitais gerais] é desejável, pois é dado indicativo do respeito ao direito do paciente de manter sua vida livre e autônoma, pela oferta suficiente e atenção adequada na rede extra-hospitalar. Nenhuma política em saúde mental pode se centrar no aumento do acesso a internações, em hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas, por evidente descumprimento das leis que protegem as pessoas com transtorno mental”, analisa o Ministério.

Há, porém, uma contradição: “Se no hospital geral, que prevê também leitos para a psiquiatria, não há uma superlotação, por que nos hospitais privados faltam vagas? Será que eles ficam mantendo essas pessoas internadas para poder garantir o pagamento do uso do leito?”, questiona Ana Sandra. Uma das respostas para a pergunta pode residir no fato que, apesar de ter fechado mais de 60 mil leitos com a Reforma Psiquiátrica, o Brasil não conseguiu abrir um campo substitutivo com outras possibilidades de cuidado. “A rede privada pega essa ausência do Estado. Os donos de hospitais desejam a volta do parque manicomial, que aumente o número de leitos, só que custeado pelo SUS. Ou seja, o que se quer é uma rede grande de hospitais conveniados pagos pelo SUS, com o mínimo possível de regulação”, conclui Paulo Amarante.

Para Pilar Belmonte, os dados mostram que, de fato, é preciso uma mudança na forma de pagamento dos leitos. Hoje, segundo ela, o Ministério paga um valor fixo para os hospitais gerais, independentemente de os leitos estarem ou não ocupados, o que acaba desincentivando que eles sejam destinados para pacientes de saúde mental. Já sobre os hospitais psiquiátricos, ela é categórica: “O que temos que fazer é reduzir esses leitos até que eles sejam extintos o quanto antes”, defende. Ela explica que um leito em hospital geral e, mais ainda, nos Centros de Atenção Psicossocial que preveem internação (CAPS 3) é muito mais eficaz. “Essas instituições não trabalham sob a lógica do encarceramento. O princípio delas é atender o paciente em sua integralidade, diferentemente do velho modelo do hospital psiquiátrico”. O



## O reforço da dose para cura gay

O tema gerou grande polêmica em todo país e fora dele também. Em 15 de setembro, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, acatou parcialmente uma liminar que, na prática, torna legalmente possível que psicólogos ofereçam terapias de reversão sexual, popularmente chamadas de 'cura gay'. Trata-se, neste caso, do resultado de uma ação popular movida contra o Conselho Federal de Psicologia (CFP) por Rozangela Alves Justino, que pedia a suspensão da Resolução 01/99 do CFP, que proíbe a oferta desse tipo de tratamento. Psicóloga de formação e missionária, como define em seu blog, seu registro profissional foi cassado em 2009 porque ela oferecia pseudoterapias para curar a homossexualidade masculina e feminina. A isso se soma o fato de que, desde junho de 2016, Rozangela tem um cargo no gabinete do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) na Câmara – que é ligado ao pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), a psicóloga Pilar Belmonte critica a tentativa de resgate da patologização da homossexualidade, um conceito excluído pela Organização Mundial da Saúde em 1990. Ela ainda lembra que, pelo caminho, surgiram outras tentativas nesse sentido, como foi o caso do projeto de lei (PL) 717/2003, do deputado João Campos (GO), na época no PSDB, que previa a criação pelo governo estadual – ou seja, com financiamento público – de um programa de auxílio às pessoas que, voluntariamente, optassem por tentar deixar de ser homossexual. O PL não foi à frente graças à mobilização de profissionais da Saúde, das Ciências Sociais e do Direito que enviaram na ocasião à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) um

abaixo-assinado de repúdio. O arquivamento foi pedido pelo próprio João Campos, que, na época, foi pressionado pelo PSDB. Atualmente, João Campos, da Igreja Assembleia de Deus, está no PRB.

Tramita ainda na Câmara um projeto de lei que busca permitir esse tipo de "tratamento" por parte de psicólogos sem que esses sejam punidos. A proposta em discussão é o PL 4.931 de 2016, apresentado por Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). O texto propõe a autorização da aplicação de uma série de terapias com o objetivo de "auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual, desde que corresponda ao seu desejo". "Esse deputado é o mesmo que, quando secretário de Assistência Social e Direitos Humanos no governo do Rio de Janeiro de [Luiz Fernando] Pezão, foi demitido após comparar a homossexualidade à aids e ao câncer, em uma entrevista na qual defendeu a cura gay", conta Pilar. Para a pesquisadora, esses projetos têm algo em comum: "Os deputados que os apresentaram são pastores, de diferentes cultos, e tentam vincular suas propostas a algum grau de cientificidade". E acrescenta, com ironia: "O que não é verdade e possível de ser observada na primeira leitura superficial, pois se fosse possível a 'conversão' deveriam oferecer o tratamento não somente para quem quer deixar de ser gay para voltar a ser hetero, mas também para quem apesar de 'ainda hetero', tem desejos homoeróticos e precisa de apoio para mudar sua orientação sexual, de hetero para homo, o que não é o caso".

Coincidentemente ou não, o atual projeto da 'cura gay' está na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aguardando o parecer do relator deputado Diego Garcia (PHS-PR), o mesmo que, em 2015, relatou o Estatuto da Família, no qual definiu a família como a união entre homem e mulher por meio de casamento ou união estável, desconsiderando todos os outros arranjos já existentes em nossa sociedade. "O conservadorismo revela-se como terreno fértil para que essas propostas ressurgam. Isso faz com que os religiosos se sintam ainda mais à vontade para misturar política e religião e defender seus valores individuais em propostas que afetam todo um coletivo", observa Pilar.

Diferente do que vimos ao longo desta reportagem, Pilar não acredita que essas iniciativas específicas sejam motivadas por interesses empresariais. "Prefiro achar que não é disso que se trata quando se apresenta uma proposta de 'cura gay', mas sim que há um embate entre a dimensão da escolha, incluindo neste caso a orientação sexual, e o caráter patológico da homossexualidade, enviado pelas questões morais e religiosas, por vezes travestidas de científicas".

Segundo ela, como consequências imediatas estão o maior preconceito social e a produção individual do sofrimento, já que o que entra em jogo é o embate entre a busca pelo sujeito de seu desejo e os constrangimentos de ordem sociocultural. "Qualquer proposta, projeto, decreto sobre cura gay é uma violação dos direitos humanos sem qualquer fundamento científico", sentencia.



# FASCISMO

“O Brasil caminha para o fascismo. (...) A construção do caldo fascista pode ser percebida por ações políticas, culturais, adminis-

trativas e ideológicas. Como é próprio do fascismo, são atitudes que radicalizam o pensamento de direita, na defesa de doutrinas e movimentos ao mesmo tempo antiliberais e anti-igualitários”. O diagnóstico é do jornalista João Paulo Cunha, em sua coluna no Brasil de Fato (21/9). Sob o título ‘A sombra do bigode de Hitler’, o artigo reflete sobre os recentes episódios de censura no campo artístico, a exemplo da mostra ‘Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira’, cancelada pelo Santander Cultural em Porto Alegre (RS), após protestos do Movimento Brasil Livre (MBL) e de grupos religiosos, e a retomada do projeto da “cura gay”, defendido por setores ligados à bancada evangélica no Congresso Nacional.

Muitos estudiosos do tema dirão que não somente o Brasil, mas o Ocidente em grande parte caminha para o fascismo em face do recrudescimento do conservadorismo. No dia 11 de agosto, por exemplo, o mundo presenciou em Charlottesville, nos Estados Unidos, centenas de pessoas em marcha, carregando tochas e entoando palavras de ordem contra negros, migrantes, homossexuais e judeus. Eles bradavam que “vidas brancas importam”, em referência ao movimento “*Black Lives Matter*”, contra a morte de negros pelas mãos do poder público. Havia outras palavras de ordem: “você não vão nos substituir”, em referência aos imigrantes, e “morte aos antifas”, abreviação de “antifascistas”, como são conhecidos grupos que se opõem a protestos neonazistas. Descrita pelos participantes como um aquecimento para o evento ‘Unir a Direita’, que aconteceria no dia seguinte, a manifestação buscou exaltar o supremacismo branco nos EUA. Na ocasião, uma mulher de 32 anos foi assassinada, atropelada por um carro que acelerou contra manifestantes antirracismo, que marcaram concomitantemente um contraprotesto.

Na Europa, por sua vez, as manifestações de xenofobia violentas ou veladas contra os milhares de refugiados que chegam pelo Mediterrâneo, fugindo de cenários de pobreza, violência, guerras, perseguições e fome em seus países de origem, não têm sofrido controle nem censura e se acumulam nos parlamentos, mídias e ruas. Os atentados suicidas de 22 de março de 2016 em Bruxelas, por exemplo, evocaram a argumentação de nacionalistas e eurocéticos do Leste europeu de que os novos migrantes constituiriam um grave risco de segurança à Europa. A cena da cinegrafista húngara Petra László, flagrada dando um chute num imigrante sírio e passando rasteira em outro, que carregava uma criança, quando corriam da polícia húngara em setembro de 2015, é um clássico exemplo deste sentimento xenófobo de parte da população europeia – não por acaso, a Hungria tem a maioria das cadeiras do Parlamento ocupadas por partidos de direita e extrema-direita.

## Olhares sobre o movimento

Mas afinal, o mundo corre, de fato, o risco de um ressurgimento do fascismo? Para o historiador e cientista político Francisco Teixeira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sim: “É preciso primeiro pensar o fascismo como movimento trans-histórico, que vai além do período entre guerras, logo depois do Tratado de Versalhes, de 1919”, diz. Entendendo o fascismo como um conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus, como Itália, Alemanha, Hungria, Espanha e França, entre os anos 1920 e 1945, o professor Chico, como é conhecido, não descarta a possibilidade de uma retomada das ideias fascistas na atualidade, especialmente no mundo ocidental: “Acho que corremos o risco de ter o fascismo como repetição histórica, representado por um partido fascista que venha assumir o poder na Europa ou nos Estados Unidos, bem como o surgimento de várias instituições de Estado que

se ‘fascistizem’, sem o Estado assumir diretamente a postura de fascista”. Neste segundo caso, acrescenta, teríamos um Estado com uma aparência liberal, com eleições regulares, mas que tenha, por exemplo, uma clínica, uma polícia e uma escola que se comportam como fascistas, com processos que podem ir desde a esterilização até as internações compulsórias de usuários de drogas e a prática da ‘cura gay’.

No artigo ‘Os fascismos’, publicado no ano 2000, o professor já alertava para o fato de que o fascismo é “um movimento presente em nossa atual sociedade”, em face do crescimento da extrema-direita, a exemplo da popularidade da deputada Marine Le Pen – que, mais recentemente, chegou ao segundo turno das últimas eleições presidenciais na França com discursos de oposição à imigração e defesa da pena de morte. “Junto a isso, vários atentados neofascistas ocorreram na Europa e nos EUA”, escreveu. Sua observação vai ao encontro de várias análises mundo a fora. Em fevereiro deste ano, a imagem de uma placa do Museu do Holocausto em Washington, para alertar as pessoas sobre os perigos do fascismo, viralizou nas redes sociais. Opositores do presidente norte-americano Donald Trump compararam a lista apresentada neste espaço dos primeiros sinais do regime fascista ao atual quadro político e social do país. A placa enumera: empoderamento nacionalista contínuo; desdém por direitos humanos; identificação do inimigo como causa unificadora; supremacia militar; sexismo desenfreado; controle de mídias de massa; obsessão com segurança nacional; governo e religião interligados; poder/direitos corporativistas protegidos; poder/direitos de trabalhadores suprimidos; desdém pelos intelectuais e pelas artes; obsessão por crime e punição; corrupção e nepotismo desenfreado; e eleições fraudulentas.

## Negação do outro

Chico Teixeira fala em ‘fascismos’, no plural, por considerar que esse fenômeno histórico não se configurou como um movimento homogêneo quando vigorou,

principalmente na primeira metade dos anos 1920. “Existe o fascismo alemão, o italiano, o espanhol, o português, o húngaro. Cada um tem o seu contexto e suas características históricas”, ensina, acrescentando que o fascismo alemão se expressou no nazismo e o espanhol no salazarismo. Citando o trabalho do cientista político Helgio Trindade, segundo ele, o integralismo foi a versão do fascismo brasileiro. Isso é importante, ressalta, para que não se confunda o fascismo com o nazismo, como se costuma fazer – uma redução que, segundo ele, é fácil de entender: “Porque a Alemanha era uma das maiores potências do mundo na época, ao lado dos Estados Unidos, da Grã Bretanha e do Japão, e porque na guerra ela cometeu o pior de todos os crimes, que foi o holocausto”.

Ele explica ainda que, apesar de plural, existem pontos comuns no fascismo – ou pelo menos à maioria deles. “O que observamos é que, no construto teórico, o fascismo é um movimento de partido único, profundamente antiliberal, antissocialista, anti-humanitário, antimarxista, é um movimento profundamente nacionalista, intervencionista na sociedade e na economia; tem uma forte dose dirigista na sociedade e na economia; é marcado pela xenofobia; construído em torno de uma figura carismática, um líder que poderá ser ou não um substituto do partido”. E há, segundo o professor, uma característica síntese do fascismo: a negação da alteridade, que significa a construção de um ‘inimigo’, ou seja, de um ‘antinacionalista’. “O antinacionalista do fascismo alemão foi o judeu e do movimento português foi a maçonaria. Já na Itália, por exemplo, os chamados ‘negri’ – população de origem africana – e os comunistas foram os inimigos”, exemplifica. E compara: “Pode ser que para o fascismo brasileiro na atualidade, na figura de ultraconservadores como Jair Bolsonaro [deputado federal pelo PSC-RJ, autor de declarações polêmicas em torno de temas como a homossexualidade, o racismo e as ditaduras no Brasil e em países da América Latina], os chamados ‘esquerdopatas’ sejam os judeus da Alemanha nazista”.

A negação da alteridade, como sublinha, estabelece um inimigo, que pode pertencer a diversos grupos. Em suma, conclui Chico, o fascismo vai se apresentar como sucessor e herdeiro de um sistema que não tem condições de manter a coesão nacional. “O Estado fascista surge como uma policracia, com fontes autônomas de poder, com objetivos muitas vezes conflitantes, reunidos em torno de uma doutrina que serve de argamassa”, sintetiza.

### Táticas fascistas


Apesar de identificar nos dias de hoje um avanço do conservadorismo e de uma direita agressiva, o filósofo brasileiro Paulo Arantes, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), não reconhece a ressurgência do fascismo, mas talvez um resgate das táticas fascistas. “O fascismo, tal como conhecemos, é indissociável daquelas circunstâncias do período entreguerras. Portanto, eu não uso a expressão ‘fascista’ nem para ‘xingar’, muito menos para caracterizar certas posições políticas da atualidade”, realça. Para ele, o fascismo foi um movimento de massa e demagógico por se ancorar em uma insurgência aparentemente anticapitalista. “Ele foi resultado de uma revolução conservadora, mas que falava em nome de uma ‘união nacional’, o que fez com que o movimento se alastrasse por toda a Europa”, reflete. Isso significa, segundo Paulo, que o fascismo ganhou as massas porque a esquerda derrotada perdeu a oportunidade de emplacar uma revolução socialista que buscava confrontar a exploração, a expropriação e a dominação das elites.

O professor reconhece que existe hoje algo análogo ao que ocorreu nos anos 1920 e 30 nas ruas da Alemanha e da Itália, mas ele não chama isso de fascismo. “Quando você tem esse movimento de sublevação e que se transmuta em uma coisa de direita – e direita agressiva –, nos parece que o fascismo histórico é imi-

tado. Mas o que a direita imita são as táticas revolucionárias da esquerda desde a Revolução Soviética, como as brigadas, o enfrentamento de rua, os piquetes”, compara. Um exemplo desta análise são as Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações em série iniciadas com uma reivindicação sobre a tarifa do transporte público. Para Paulo Arantes, este movimento provocou um “surto simétrico e antagônico”, que culminou com o surgimento de uma nova direita “extremamente agressiva”, um dos fenômenos mais importantes do Brasil contemporâneo. “Em São Paulo, o movimento pela redução da tarifa tomou conta das ruas. Era um bando de moças e rapazes que se diziam antipartidários, que avançaram diante de um pequeno núcleo de esquerda que perdeu o controle, não soube o que fazer e recuou”, analisa.

Isso, segundo Paulo, não significa afirmar que não vem coisa ruim por aí. “A gente só não sabe nomear ainda”, alerta. Para o filósofo, a analogia entre o momento atual e o fascismo reside no fato de a esquerda sentir-se perdida, sem saber o que fazer. Ele vai além e diz que não vê possibilidade de uma trégua ou de um entendimento entre ‘as partes’. “E quem perder está ferrado”, sentencia. Ele cita como exemplo os Estados Unidos, a partir do fenômeno Donald Trump, trazendo à tona movimentos que já existiam. “A eleição de Trump foi apenas uma reação da sociedade americana diante de uma desigualdade insuportável, mas tudo mais já estava posto: o supremacismo branco, o racismo, a xenofobia”, aponta. Segundo o historiador, nos EUA, esse pano de fundo foi apenas reativado. A má notícia, diz, é que o Brasil segue na mesma direção. E conclui: “O tabuleiro está completamente às avessas no mundo contemporâneo, e a esquerda mais uma vez não sabe agir diante do avanço do conservadorismo”.<sup>o</sup>

**“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados”**



Foi assim que Euclides da Cunha narrou, em 'Os Sertões', os últimos momentos da Guerra de Canudos, que chegava ao fim há 120 anos. Afogados pela seca e pelo desemprego, milhares de sertanejos, excluídos do acesso à terra em uma região historicamente marcada por latifúndios improdutivos - e inspirados pelo discurso sócio-religioso do Antonio Conselheiro - se deslocaram para o vilarejo de Canudos no sertão baiano. Em seu auge, a comunidade chegou a abrigar cerca de 25 mil pessoas. Assustados, latifundiários baianos, aliados ao clero local, pressionaram o governo federal para que enviasse tropas para a região. Para isso contaram com o apoio de grandes veículos de comunicação que retratavam o movimento como um grupo de fanáticos religiosos monarquistas que ameaçavam a integridade da recém-inaugurada República. Foram necessárias quatro expedições para derrotar os sertanejos reunidos em Canudos.

## 120 anos depois...

O campo brasileiro ainda é cenário de inúmeros conflitos que têm como pano de fundo a luta pela democratização da terra. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2016 foi o ano mais violento no campo brasileiro desde 1985, quando começaram as estatísticas. Entre as principais vítimas estão trabalhadores sem-terra, quilombolas e indígenas, entre outras populações que se interpõem à expansão do agronegócio e das mineradoras. A conivência do Estado com a violência perpetrada contra as populações do campo é citada pela CPT como uma das principais causas do aumento dos casos de conflitos nos últimos anos. No final de setembro, por exemplo, a Justiça do Pará decretou a prisão preventiva de 15 policiais envolvidos na Chacina de Pau D'Arco, em que dez trabalhadores rurais foram mortos durante uma ação de reintegração de posse realizada em maio na fazenda Santa Lúcia. A Justiça acatou a denúncia do Ministério Público do estado, que provou que os trabalhadores foram executados sumariamente.

# Apoio didático à formação técnica em Vigilância em Saúde

Estratégias e recursos para qualificar o trabalho e o trabalhador do SUS na área da vigilância em saúde



Acesse as publicações na íntegra:  
[www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/livros](http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/livros)

PRODUÇÃO DE:



SECRETARIA DE  
GESTÃO DO TRABALHO  
E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior